



A JUSTIÇA FEDERAL

NÃO PAROU....

Mesmo diante da pandemia de Covid-19, prestação jurisdicional se manteve produtiva nas cinco regiões

PÁGINA 12

6 MESES DE GESTÃO

NOVA DIRETORIA

Eduardo André é o novo presidente da Associação, eleito em abril de 2020

PÁGINA 5

COMUNICAÇÃO

Ajufe ganha plano estratégico de ação e nova identidade visual

PÁGINA 26

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Associadas e Associados,

Passado o primeiro semestre de nossa gestão, iniciada em junho de 2020, gostaria primeiro de agradecer a todos pela belíssima imagem que a Justiça Federal está passando para nossa sociedade num período tão difícil do Brasil e do mundo. Nosso aumento de produtividade e o acerto da opção pelo processo eletrônico nos permitiram continuar atendendo a população com bem menos dificuldades que outros ramos da Justiça.

A AJUFE teve que se adaptar à pandemia e suas consequências na vida associativa. Com isso, conseguimos fazer mais reuniões virtuais com associados, delegados e associações regionais. Ao mesmo tempo, em que perdemos o contato pessoal, conseguimos uma aproximação maior dos pleitos e preocupações pela facilidade da marcação destes eventos.

Nossos Fóruns temáticos tiveram que ser realizados inicialmente apenas por meio virtual, como o FONADIRH, FONACRE e FONACOM, e aqui tem de ser destacado o trabalho das comissões, palestrantes e participantes que pela excelência dos debates e exposições, mantiveram o sucesso de sempre. No final de novembro fizemos em Brasília, o nosso tradicional FONAJEF, sendo o deste ano, o primeiro evento híbrido da história da Ajufe, com colegas comparecendo presencialmente e outros pela internet. Um formato que veio pra ficar.

Nosso trabalho no Congresso Nacional não parou mesmo na pandemia, tendo sido aprovados na Câmara dos Deputados os PLs 5919/19 e 5977/19, que tratam da criação do TRF 6 em Minas Gerais e da ampliação dos demais 5 TRFs. Foram diversas reuniões via zoom e presenciais para tratar dos temas. Buscamos também a aprovação do Fundo de Custas da Justiça Federal e a solução para o pagamento das perícias judiciais previdenciárias em razão da proximidade do fim do pagamento pelo Poder Executivo.

Na pauta remuneratória, conseguimos no CNJ a implementação do abono pecuniário de 10 dias de férias, direito decorrente da Simetria com o MPF que nos vinha sendo negado, além da quitação dos atrasados dos juros da PAE, medida que muito beneficiou nossos aposentados e juízas e juízes mais antigos.

Finalmente, estamos buscando atualizar e dinamizar a comunicação da AJUFE com os associados e com a sociedade, merecendo destaque os *webinars* de Educação Financeira, *lives* com o Presidente, Palavra do Presidente, Palavra da Diretoria e a Semana do Associado, que veio com a ideia de substituir, apenas neste ano, o nosso Encontro Anual.

Agradeço a participação de todos, com sugestões, elogios e críticas, e peço que prossigamos assim, para fortalecer a AJUFE cada vez mais. Afinal, a AJUFE somos nós, juízes e juízas federais do Brasil. **Um FELIZ 2021 para todas e todos e BOAS FESTAS!!!**



Eduardo André Brandão de Brito Fernandes
Presidente da AJUFE Biênio 2020-2022

DIRETORIA AJUFE | BIÊNIO 2020-2022

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes | Presidente
Caio Castagine Marinho | Vice-presidente da 1^a Região
Marcella Araujo da Nova Brandão | Vice-presidente da 2^a Região
Carlos Eduardo Delgado | Vice-presidente da 3^a Região
Marcelo Roberto de Oliveira | Vice-presidente da 4^a Região
Camila Monteiro Pullin | Vice-presidente da 5^a Região
Clara da Mota Santos Pimenta Alves | Secretária-geral
Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves | Primeiro secretário
Fernando Américo de Figueiredo Porto | Tesoureiro
Cristina de Albuquerque Vieira | Diretora da Revista
Ana Lucia Petri Betto | Diretora Cultural
Carolline Scofield Amaral | Diretora Social
Patrícia Helena Daher Lopes Panasolo | Diretora de Relações Internacionais
Rafael Selau Carmona | Diretor de Assuntos Legislativos
Décio Gabriel Gimenez | Diretor de Relações Institucionais
Ivanir César Ireno Júnior | Diretor de Assuntos Jurídicos
Gilson David Campos | Diretor de Esportes
André José Kozlowski | Diretor de Assuntos de Interesses dos Aposentados
Saulo José Casali Bahia | Diretor de Comunicação
Frederico José Pinto de Azevedo | Diretor Administrativo
Letícia Daniele Bossonario | Diretora de Tecnologia da Informação
Marcelo Freiberger Zandavali | Coordenador de Comissões
Alexandre Berzosa Saliba | Diretor de Prerrogativas
Cleberson José Rocha | Suplente
Ronald Kruger Rodor | Suplente
Janaína Martins Pontes | Suplente
Luciana Mayumi Sakuma | Suplente
Lauro Henrique Lobo Bandeira | Suplente

Membros do Conselho Fiscal

Vilian Bollmann
Otávio Henrique Martins Port
Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque
Sílvio Wanderley do Nascimento Lima (Suplente)

EXPEDIENTE

Informativo nº 42 Ajufe

Coordenação e edição – Priscilla Peixoto
Redação – Lucas Soares e Priscilla Peixoto
Supervisão de Arte, projeto visual e diagramação – Lucas Soares
Revisão – Eduardo Gomes
Anúncios – Phillippe Cedro

Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil
SHS Quadra 6, Bloco E, Conj. A, salas 1.305 a 1.311
Brasil 21, Edifício Business Center Park 1
Brasília/DF – CEP 70.322-915
Tel. (61) 3321-8482
www.ajufe.org.br

Todas as imagens, gráficos e ilustrações
do Informativo Ajufe são produzidos pela ASCOM AJUFE,
com exceção das mencionadas a seguir:

Página 3 - André Coelho
Página 16 - Gabriel Rabelo
Página 29 - Luiz Silveira/CNJ
Página 33: Foto 1. Bruno Cecim
Foto 2. Divulgação Alejandro Vigil
Foto 3. Divulgação Masterchef Brasil
Foto 4. Reprodução Foto Perfil Twitter Vera Iaconelli

SUMÁRIO



6 MESES DE GESTÃO

O juiz federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes foi eleito em 2 de abril para o biênio 2020-2022. A chapa "Resgate e Luta" obteve 912 votos (63,6%).

Veja um balanço da gestão da nova diretoria da Ajufe, de junho a dezembro de 2020.

[Página 5](#)



ATUAÇÃO JURÍDICA

No período, foram registradas mais de 200 atividades em pelo menos oito temas. Ampliação da Justiça Federal, perícias e teletrabalho estiveram entre os itens mais reforçados nesses seis primeiros meses da nova gestão

[Página 22](#)

SEMANA DO ASSOCIADO E DA ASSOCIADA

Evento, em comemoração ao Dia da Justiça, contou com sorteio de brindes e palestras com enólogo, professores e até um chef, vencedor do Masterchef Brasil 2019

[Página 33](#)

Atuação Parlamentar

Mesmo em pandemia, diretoria da Ajufe consegue expandir diálogo com parlamentares

[Página 8](#)

Concorrência e Regulação

4º Fonacre debate políticas públicas e regulação em tempos de emergência

[Página 9](#)

Mediação e Conciliação

Associação promoveu a 5ª edição do FONACOM entre 21 e 25 de setembro

[Página 10](#)

Juizados Especiais Federais

17º FONAJEF debate importância dos JEFs durante a pandemia

[Página 16](#)

ENTREVISTA: Luciana Ortiz

Um bate-papo com a juíza federal e uma das criadoras do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS)

[Página 19](#)

AJUFE Mulheres

Veja a atuação da Comissão no período de junho a dezembro de 2020

[Página 23](#)

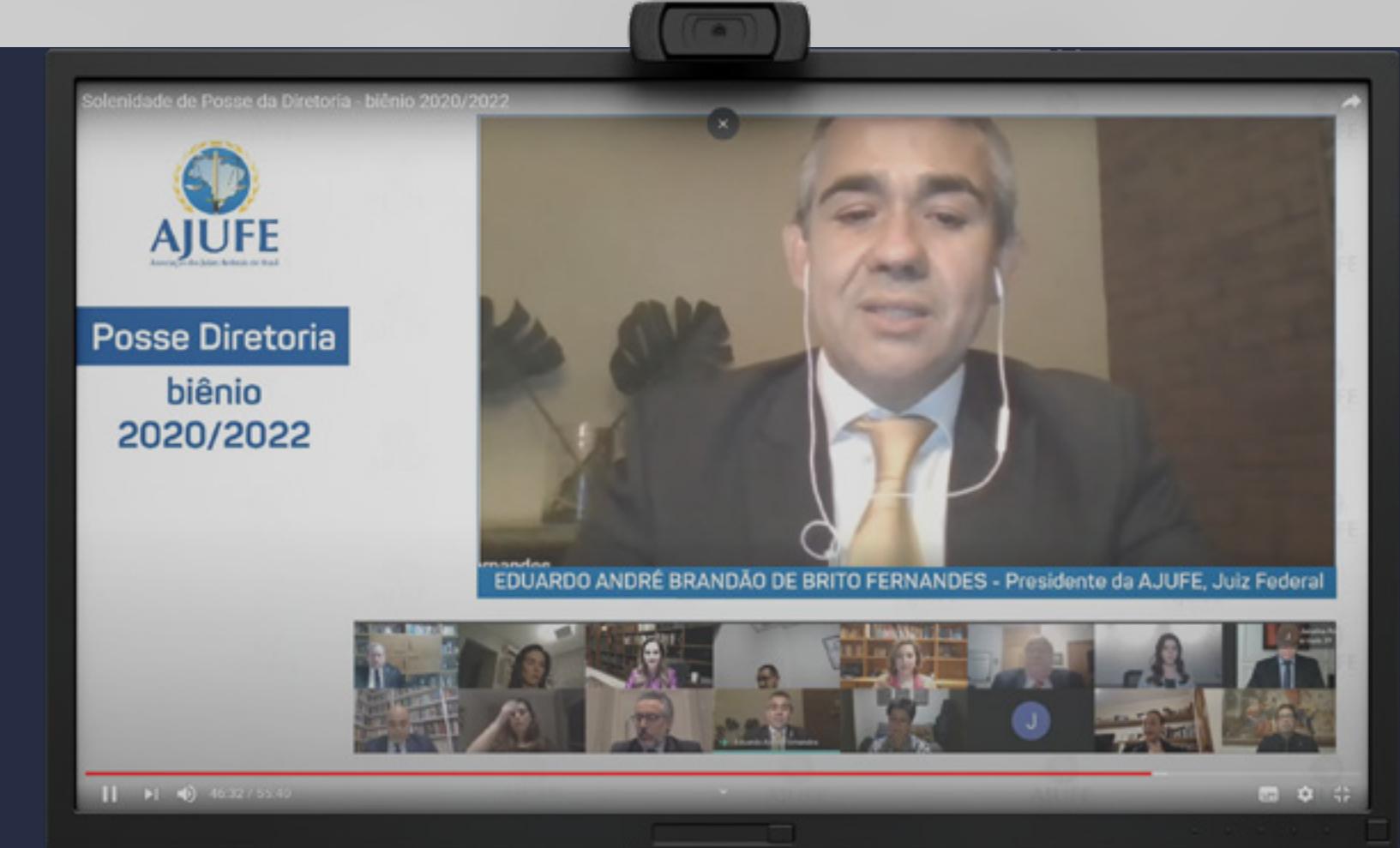
Eduardo André Brandão toma posse como novo presidente da Ajufe

O juiz federal Eduardo André Brandão de Brito Fernandes foi eleito em 2 de abril para o biênio 2020-2022. A chapa "Resgate e Luta" obteve 912 votos (63,6%)

TVAJUFE



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à solenidade de Posse da Diretoria Ajufe Biênio 2020-2022 ou clique [aqui](#).



No dia 3 de junho de 2020, em cerimônia virtual devido à pandemia da Covid-19, tomou posse a nova Diretoria da Ajufe para o Biênio 2020-2022. O novo presidente, Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, conta com ampla experiência associativa, já tendo sido presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio e Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes) no biênio 2012-2014, além de ter participado, de modo atuante, das três últimas gestões da Ajufe: como vice-presidente na 2ª Região nas gestões de Antônio César Bochenek (2014-2016) e Roberto Veloso (2016-2018), e como primeiro secretário na gestão de Fernando Mendes (2018-2020).

Participaram da cerimônia de posse os ministros do STJ Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

e Regina Helena Costa; do STF Luis Roberto Barroso e Alexandre de Moraes; Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira; da AGU, José Levi Mello do Amaral Junior; o Procurador-Geral da República Antônio Augusto Brandão de Aras; o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; o presidente da Conamp, Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares; o desembargador federal Guilherme Calmon; a conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Tânia Regina Silva Reckziegel; o presidente da OAB Nacional, Felipe Santa Cruz; a advogada Ariane Mattos; o ex-ministro e ex-presidente do STF Carlos Mário da Silva Velloso; e os ex-ministros do STF Ilmar Nascimento Galvão e Cezar Peluso.

As eleições Ajufe Biênio 2020-2022

A eleição da nova gestão foi realizada no dia 2 de abril de 2020. A chapa "Resgate e Luta" obteve 912 votos (63,6%). Outros 502 (35,01%) associados optaram pela chapa "Reconstrução e Valorização" e 20 pelo voto em branco. O total de votos foi de 1.434.

Eduardo André é magistrado federal pela 2ª Região desde 1998. E possui os seguintes títulos: graduação pela UERJ; mestrado em Jurisdição Administrativa pela UFF; juiz titular desde outubro de 2001; juiz da 25ª Vara Federal do Rio Janeiro (Previdenciário e Marcas e Patentes, desde Março de 2013).

Dentre as propostas da chapa para o trabalho associativo do biênio estão o aprimoramento da comunicação com os associados, a realização de fóruns e eventos científicos, a reativação do banco de permutas da Ajufe, e o apoio à continuidade da Comissão Ajufe Mulheres.

O Conselho Fiscal da Ajufe também foi eleito na mesma ocasião: Vilian Bollmann (870 votos); Otávio Henrique Martins Port (633 votos); Lucas Mariano Cunha Aragão de Albuquerque (587 votos). Como suplente: Sílvio Wanderley do Nascimento Lima (428 votos). Foram computados 241 votos em branco.

Veja a relação dos integrantes eleitos da chapa "Resgate e Luta":

Presidente - Eduardo André Brandão de Brito Fernandes (JFRJ)
 Vice-presidente da 1ª Região - Caio Castagine Marinho (SJPA)
 Vice-presidente da 2ª Região - Marcella Nova Brandão (SJRI)
 Vice-presidente da 3ª Região - Carlos Delgado (TRF 3)
 Vice-presidente da 4ª Região - Marcelo Oliveira (SJRS)
 Vice-presidente da 5ª Região - Camila Pullin (SJAL)
 Secretária-Geral - Clara Mota Pimenta (SJMP)
 Primeiro Secretário - Nelson Gustavo Alves (SJSC)
 Diretor de Assuntos Jurídicos - Ivanir César Ireno Júnior (SJMG)
 Diretor Relações Institucionais - Décio Gimenez (SJSP)
 Diretor de Prerrogativas - Alexandre Saliba (SJSP)
 Diretor de Aposentados - André José Kozlowski (TRF2)
 Diretoria Social - Carolline Scofield (SJMS)
 Diretoria de Relações Internacionais - Patrícia Panasolo (SJPR)
 Diretoria Cultural - Ana Lúcia Betto (SJSP)
 Diretor Tesoureiro - Fernando Porto (SJPB)
 Diretor Administrativo - Frederico José Pinto de Azevedo (SJPE)
 Diretor de Esportes - Gilson David Campos (SJRP)
 Coordenador de Comissões - Marcelo Zandavali (SJSP)
 Diretoria de Tecnologia da Informação - Letícia Bossonario (SJBA)
 Diretor de Comunicação - Saulo Casali Bahia (SJBA)
 Diretor de Assuntos Legislativos - Rafael Carmona (SJSC)
 Diretor de Revista - Cristina de Albuquerque Vieira (SJRS)
 Suplente da 1ª Região - Cleberson José Rocha (SJES)
 Suplente da 2ª Região - Ronald Kruger Rodor (SJES)
 Suplente da 3ª Região - Janaina Martins Pontes (SJSP)
 Suplente da 4ª Região - Luciana Sakuma (SJPR)
 Suplente da 5ª Região - Lauro Bandeira (SJRN)

CHAPA
**RESGATE
 E LUTA**



6 MESES DE GESTÃO

Ainda que diante do enorme desafio imposto pela pandemia do novo coronavírus, a nova diretoria da Ajufe não poupou esforços para seguir adiante com o trabalho associativo. Neste período, foram mais de 270 reuniões realizadas, mais de 20 videocomunicados gravados para os associados e ainda foram produzidos mais de 20 informativos, com a divulgação de cerca de 460 decisões e notícias relacionadas à Covid-19. Além disso, a Ajufe se posicionou sobre temas importantes, emitindo 10 notas públicas sobre assuntos relevantes, como a defesa do uso de máscaras, logo no início da pandemia, e o apoio à escolha do desembargador federal Kassio Nunes para ocupar a vaga deixada pelo ministro Celso de Mello no Supremo Tribunal Federal.

Nesse período, a Ajufe reinventou seu modo de fazer eventos. Agora no formato on-line, os fóruns, lives e webinários realizados somaram mais de 35 mil visualizações no canal do Youtube da Associação. Foram mais de 40 eventos virtuais realizados. Com apoio de instituições parceiras, a Ajufe realizou nove eventos internacionais no semestre. Ao todo, mais de 200 palestrantes produziram mais de 110 horas de conteúdo, disponibilizado no canal da Ajufe no Youtube (tvajufe). Em dezembro, foi realizada a 1ª Semana do Associado e da Associada, com lives especiais e interativas sobre culinária, vinhos, filmes e maternidade no Século 21 (**Veja mais na página 33**). De junho a dezembro, a Ajufe participou, de forma remota ou presencial, de 123 eventos, posses e solenidades.

Na comunicação, a diretoria colocou em prática 3 campanhas importantes: auxílio emergencial, na qual foram explicados à população os passos a passos necessários para recebimento dos benefícios para aqueles que tivessem direito a recebê-lo; FEJUFE, com uma síntese de como o Fundo é necessário para uma melhor prestação jurisdicional e mais independência funcional; e Seu Voto Tem Poder, em parceria com outras entidades da Magistratura e o Tribunal Superior Eleitoral.

A Ajufe criou um canal de Podcast, o "Justiça Federal em Debate", que contou com cinco capítulos de conversas com especialistas e magistrados acerca do racismo. Os episódios foram lançados em novembro, como parte da Semana da Consciência Negra Ajufe. A ideia é manter o canal, com novos episódios mensais abordando temas diversos relacionados à atuação da Justiça Federal.

Na imprensa, a associação conseguiu emplacar 30 artigos de opinião de seus associados sobre os mais variados assuntos, incluindo análises da própria pandemia ainda em curso. No que diz respeito às redes sociais, os canais da Ajufe somaram mais de 3 mil novos seguidores nesses últimos seis meses.

Entre junho e dezembro, a atuação parlamentar também foi movimentada, apesar da pandemia de Covid-19. A diretoria reuniu-se com mais de 40 parlamentares, entre encontros presenciais e virtuais, que trataram da ampliação dos TRFs, perícias, FEJUFE e TRF6. Foram 29 deputados federais e mais de 15 senadores, que continuam recebendo a associação para debater os projetos. Na Câmara dos Deputados, houve o acompanhamento presencial de 19 horas de sessões de votação dos PLs 5.919 e 5.977 e o registro de duas conquistas: a aprovação da criação do TRF6 e da ampliação dos TRFs.

Na atuação jurídica, a diretoria acompanhou mais de 20 sessões de julgamento do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal. Nesses seis primeiros meses, a Comissão de Defesa de Prerrogativas da Ajufe recebeu 15 casos novos, ao passo que arquivou duas reclamações disciplinares. Além disso, houve cinco relevantes conquistas no CJF: contribuição paritária (GAJU), audiência de custódia virtual, suspensão da limitação das perícias, abono pecuniário (férias) e compensação de plantões.

O ano de 2020 nos impôs diversos desafios, entre eles o de estarmos fisicamente juntos. Diante disso, a **TV AJUFE** foi uma ferramenta que nos manteve próximos, atualizados e partilhando conhecimentos e experiências.

Foram inúmeros os eventos transmitidos on-line, *lives*, seminários, fóruns, *webinars* com um simples objetivo: encurtar a distância e amenizar a crise vivida na pandemia.

Inscreva-se:
[youtube.com/tvajufe](https://www.youtube.com/tvajufe)



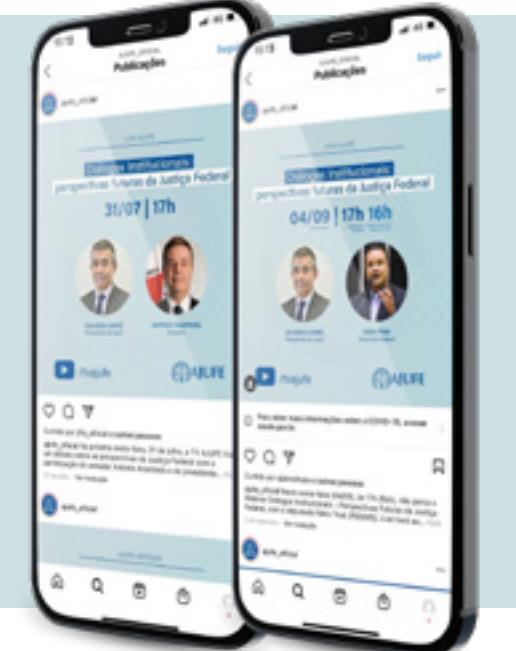
 [youtube.com/tvajufe](https://www.youtube.com/tvajufe)



Mesmo em pandemia, diretoria da Ajufe consegue expandir diálogo com parlamentares

Em lives e reuniões, a associação ampliou o debate de projetos importantes para a magistratura federal

A pandemia do novo coronavírus que impôs novas formas de convivência em todo o mundo não impediu a continuidade da atuação parlamentar da Ajufe. Desde o início da gestão no biênio 2020-2022, a Diretoria reuniu-se com mais de 40 deputados e senadores, em reuniões virtuais e presenciais, para debater projetos de lei importantes, como o 5977/2019, que redimensiona a Justiça Federal a partir da criação de novos cargos, e o 5919/2019, que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte (MG).



Webinar Diálogos Institucionais

No mês de julho de 2020, a Ajufe criou o Webinar Diálogos Institucionais – Perspectivas Futuras da Justiça Federal, que contou com a participação do senador Antonio Anastasia e do deputado Fábio Trad, além do presidente da Ajufe, Eduardo André.

Nas lives, os convidados debateram temas relacionados aos desafios e conquistas dos Poderes no cenário da pandemia de Covid-19, discussões sobre a convivência e o papel do Legislativo e do Judiciário, projetos de ampliação da Justiça Federal, iniciativas de combate à corrupção e ao tráfico de drogas, entre outros.

Fejufe

Outra pauta bastante acompanhada pela associação é a criação do Fundo Especial da Justiça Federal (FEJUFE), previsto no Projeto de Lei 7735/2017, atualmente apensado ao PL n. 5827/2013, na Câmara dos Deputados.

Desde 2017, a Ajufe tem buscado audiências com os parlamentares responsáveis pela discussão do Projeto de Lei na Casa, destacando a necessidade da aprovação do FEJUFE.

Em 2020, a associação cobrou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o apoio para buscar junto à Câmara a urgência de se entrar em pauta para a votação do projeto.

Vale lembrar que o FEJUFE integrará a estrutura do CNJ, tornando o Conselho o responsável pela gestão e pelo rateio dos valores que custearão toda a atividade judiciária federal.

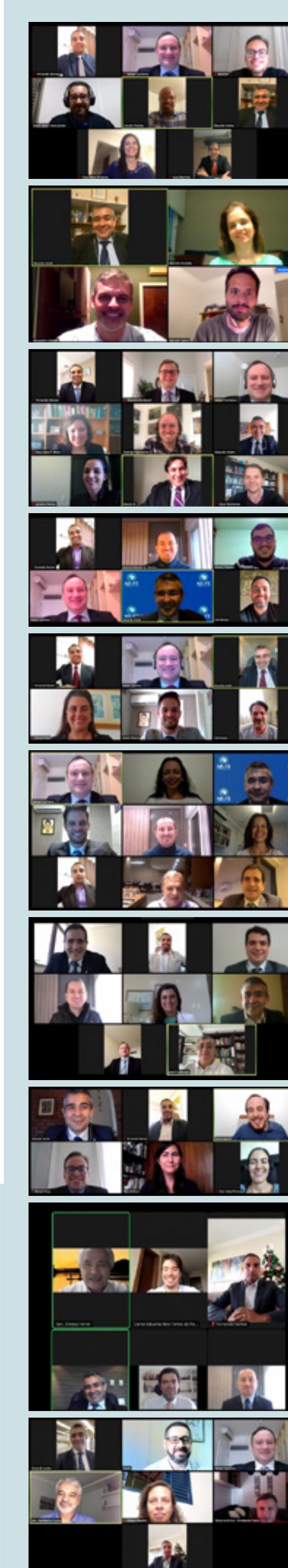
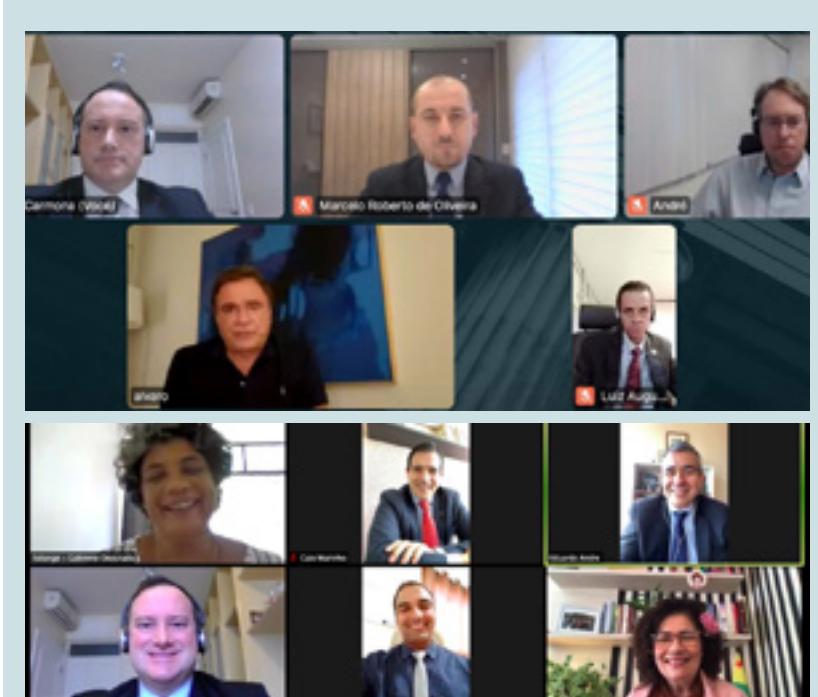
Apesar do esforço, o PL 7735 continua no plenário da Câmara dos Deputados aguardando votação. Ainda não há previsão para que ele seja pautado, no entanto, as conversas da Ajufe com deputados e senadores continuam.

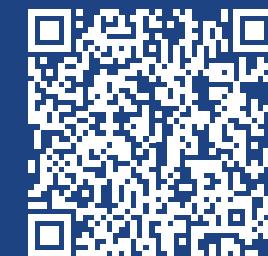
Aprovação de PLs

Foi a partir desse reforço no diálogo com os parlamentares que, em agosto de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou os dois PLs, que seguiram para análise do Senado. Visando essa segunda aprovação, já no mês de setembro os integrantes da Diretoria da Ajufe recomeçaram as conversas, por videoconferência e nos gabinetes, com os senadores. O retorno, em boa parte das reuniões, tem sido positivo. Os parlamentares demonstram que há disposição em aprovar a matéria para melhoria da prestação jurisdicional.

O senador Álvaro Dias (PODE/PR), por exemplo, afirmou ser favorável aos projetos e que caminharia nesse sentido com a bancada do partido. Ele ainda apontou uma possível votação das matérias em fevereiro de 2021.

Nesses encontros, o presidente da Ajufe, Eduardo André, tem reforçado que ainda existe um desequilíbrio muito grande entre as instâncias da Justiça Federal. "Com a interiorização da Justiça Federal, houve um grande desequilíbrio entre a primeira e segunda instância. Nós temos poucos desembargadores e muitos juízes e esses projetos visam acabar um pouco com essa desigualdade. Esses dois projetos têm esse sentido de ampliar o segundo grau e o mais importante: não trazem custos ao erário", explica.





Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à palestra inaugural com a professora Ana Frazão, ou clique [aqui](#).

4º FONACRE debate políticas públicas e regulação em tempos de emergência

Fórum foi realizado em modo on-line e contou com painéis virtuais transmitidos ao vivo, em virtude da pandemia causada pela Covid-19

A Ajufe realizou a 4ª edição do Fórum Nacional da Concorrência e da Regulação (Fonacre) em agosto de 2020. Entre os dias 10 e 19, magistrados federais, acadêmicos e professores debateram a efetividade e os desafios das políticas públicas e regulação aplicáveis a tempos de emergência, como a própria crise vivida em 2020 instaurada pela pandemia da Covid-19. Diante do novo formato imposto, as discussões foram feitas virtualmente, por meio de plataformas de videoconferência.

Na abertura do Fórum, o presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, destacou a relevância do evento. "A importância da magistratura federal não se encerra na sua atuação apenas nos processos judiciais, ela também transparece nos diálogos que estabelecemos com a sociedade civil em grandes temas como são os desse Fórum", afirmou.

Em 2020, o Fórum discutiu temas como "Os desafios da defesa da concorrência e da regulação do sistema financeiro nacional", "Temas Controversos de Direito Concorrencial no Procedimento Administrativo do CADE" e "Devedor Contumaz: interações entre tributação e defesa da concorrência".

A professora da UnB, Ana Frazão, sob mediação do desembargador federal José Marcos Lunardelli, fez a palestra inaugural do evento. Em sua exposição, Ana Frazão falou sobre as limitações do economicismo e as novas perspectivas jurídicas e econômicas para a regulação e o antitruste.

Os debates do 4º FONACRE contaram também com a participação dos magistrados federais Raquel Dal Rio, Ana Carolina Morozowski, Marcelo Oliveira, Fabiana Alves, Giovanna Mayer, Sílvia Brollo, Hugo Frazão, Paulo André Espírito Santo e Fernando Mendes, e dos professores e acadêmicos Beatriz Kira (USP e Oxford), Diogo Coutinho (USP), Fernando Leal (FGV), Raquel de Mattos Pimenta (FGV), Yuri Corrêa da Luz, Rafael Maffini, Mario Schapiro (FGV), Iagé Zendron (Unifesp), Pedro Paulo Salles (PUC-Rio), Marta Saad (FGV) e Paulo Furquim (Insper).

As palestras estão disponíveis, na íntegra, no canal da Ajufe no Youtube (www.youtube.com/tvajufe).



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à íntegra do IV FONACRE, ou clique [aqui](#).

Em formato totalmente virtual, V FONACOM debate soluções não-adversariais para a Covid-19

De 21 a 25 de setembro, a Ajufe promoveu a 5ª edição do Fórum Nacional de Conciliação e Mediação (FONACOM). O objetivo do evento foi a discussão das experiências exitosas na área da autocomposição – conciliação e mediação – realizadas pelos juízes federais dos cinco tribunais regionais federais. E, com isso, permitir a troca de experiências relacionadas às práticas conciliatórias e, ao final, produzir enunciados e recomendações.

Neste ano, a programação foi totalmente virtual, em virtude da pandemia instaurada pela COVID-19. Ministros, magistrados e juristas debateram os desafios e perspectivas da mediação e conciliação, as soluções não-adversariais para a Covid-19, a mediação em causas complexas da competência federal, entre outros. Todas as discussões podem ser assistidas na TV AJUFE, o canal da associação no Youtube. (youtube.com/tvajufe)

Na cerimônia de abertura do Fórum, o presidente da Ajufe, Eduardo André, falou sobre a capacidade de reinvenção da Justiça Federal em momentos de crise. "A pandemia demonstrou que a resolução dos conflitos por meio da conciliação é uma forma de inovação e superação nesses cenários. E os magistrados federais conseguiram transformar a dificuldade em elemento de renovação e reinvenção".

Ao final, os participantes aprovaram 15 enunciados e recomendações, a fim de aprimorar as técnicas de conciliação e mediação na Justiça Federal, e também a Carta do V FONACOM. Os magistrados foram divididos em três grupos relacionados às estratégias pré-processuais e processuais, autocomposição no pós-pandemia e benefícios previdenciários.

O documento que registra o aprendizado durante o Fórum destacou que "o cenário de pandemia evidencia a necessidade de se dar um tratamento adequado à responsabilidade fiscal. [...] Nesse sentido, a indicação de parâmetros objetivos para a solução consensual por parte da Administração e pelos órgãos de controle, em especial pelo Tribunal de Contas da União, pode contribuir significativamente para o tratamento adequado dos conflitos", diz trecho da Carta.

Leia a íntegra da Carta ao lado:



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à íntegra do V FONACOM, ou clique [aqui](#).



V Fórum Nacional de Conciliação e Mediação
FONACOM

CARTA DO V FONACOM

NESTE ANO EM QUE SE COMPLETAM 10 ANOS DA EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ nº 125/2010, OS JUÍZES FEDERAIS DE TODO O BRASIL, REUNIDOS NO V FONACOM – FÓRUM NACIONAL DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO, REAFIRAM O COMPROMISSO DE PROMOVEREM O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA, OFERECENDO MECANISMOS ADEQUADOS PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS E PARA O TRATAMENTO DE CONFLITOS, INCLUINDO A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO.

PARA TANTO, RECONHECEM A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE CONFLITOS DE MANEIRA ABRANGENTE, PERCEBENDO AS QUESTÕES SUBJACENTES À LIDE JUDICIAL. NÃO SE TRATA, ASSIM, DE ELIMINAR O MAIOR NÚMERO DE PROCESSOS PELA CONCILIAÇÃO, MAS DE BUSCAR O TRATAMENTO SUBSTANCIALMENTE MAIS JUSTO. ISSO ENVOLVE A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE SOLUÇÕES QUE PERMITAM MUDANÇAS ESTRUTURAIS E QUE POSSAM GERAR A PRÓPRIA PREVENÇÃO DE CONFLITOS QUE SEJAM DANOSOS AOS CIDADÃOS.

NESSE CONTEXTO, GANHA RELEVÂNCIA O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL COM OS ATORES SOCIAIS, EM ESPECIAL COM OS GRANDES LITIGANTES DA JUSTIÇA FEDERAL. A EFETIVA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS PERMANENTES E CENTROS JUDICIAIS, CUJOS PAPÉIS ATUALMENTE SE ENCONTRAM DEFINIDOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, GARANTE A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PARA O TRATAMENTO COLABORATIVO DOS CONFLITOS PARA ALÉM DE ESFORÇOS CONCENTRADOS EM "MUTIRÕES". PLATAFORMAS E FÓRUNS INTERINSTITUCIONAIS JÁ EXISTENTES TAMBÉM DEMONSTRAM A EFICÁCIA DESSES ESPAÇOS.

A INOVAÇÃO E O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS POSSUEM ENORME POTENCIAL DE CONTRIBUIR PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA. AS AUDIÊNCIAS REMOTAS DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO, BEM COMO O USO DE DEPOIMENTOS GRAVADOS, SÃO BONS EXEMPLOS DESSE POTENCIAL. TODAVIA, OBSERVA-SE A PREOCUPAÇÃO PARA QUE AS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS JURISDICIONADOS SEJAM CONSIDERADAS, SEJA NA ESCOLHA DO APLICATIVO, SEJA NA DISPONIBILIZAÇÃO DO PRÓPRIO EQUIPAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DO ATO. A EXCLUSÃO SOCIAL NÃO PODE SER AGRAVADA EM FUNÇÃO DA EXCLUSÃO DIGITAL.

POR ISSO, CABE TAMBÉM REFORÇAR A NECESSIDADE DE ZELAR PELA HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO. MESMO NAS DEMANDAS DE MASSA, DESCABE IGNORAR AS SUBJETIVIDADES DAS PESSOAS ENVOLVIDAS. A JUSTIÇA RESTAURATIVA BEM SIMBOLIZA O TRATAMENTO HUMANIZADO QUE SE BUSCA, AMPLIANDO O PANORAMA DE POSSIBILIDADES PARA LIDAR COM DIVERSAS DEMANDAS, INCLUINDO AS AÇÕES CRIMINAIS.

ALÉM DISSO, O CENÁRIO DE PANDEMIA EVIDENCIAM A NECESSIDADE DE SE DAR UM TRATAMENTO ADEQUADO À RESPONSABILIDADE FISCAL. CABE PONDERAR A CORRETA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM AS NECESSIDADES EXTRAORDINÁRIAS QUE SURGIREM. NESSE SENTIDO, A INDICAÇÃO DE PARÂMETROS OBJETIVOS PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO E PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, EM ESPECIAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, PODE CONTRIBUIR SIGNIFICATIVAMENTE PARA O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS.

ASSIM, ATUANDO NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS TEMÁTICAS (PREVIDENCIÁRIA, TRIBUTÁRIA, PENAL, ETC), INCLUSIVE COMO DESENHISTAS DE SISTEMA DE DISPUTAS, OS JUÍZES FEDERAIS RENOVAM O COMPROMISSO DE PROMOVEREM O DIÁLOGO ENTRE OS ENVOLVIDOS PARA A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DO INTERESSE PÚBLICO. COM ISSO, REFORÇAM TAMBÉM O EMPENHO EM OFERECEREM OS MEIOS MAIS ADEQUADOS PARA PROMOVER O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA.

BRASÍLIA, 25 DE SETEMBRO DE 2020.

PROTEGER É A NOSSA ESPECIALIDADE!

Benefícios para associados
nos Seguros Auto, Residencial,
Vida com qualidade técnica
e soluções customizadas.



Consulte a intranet ou
aplicativo da Ajufe,
convênios.



CJF

JEFs

TRFs

TNU

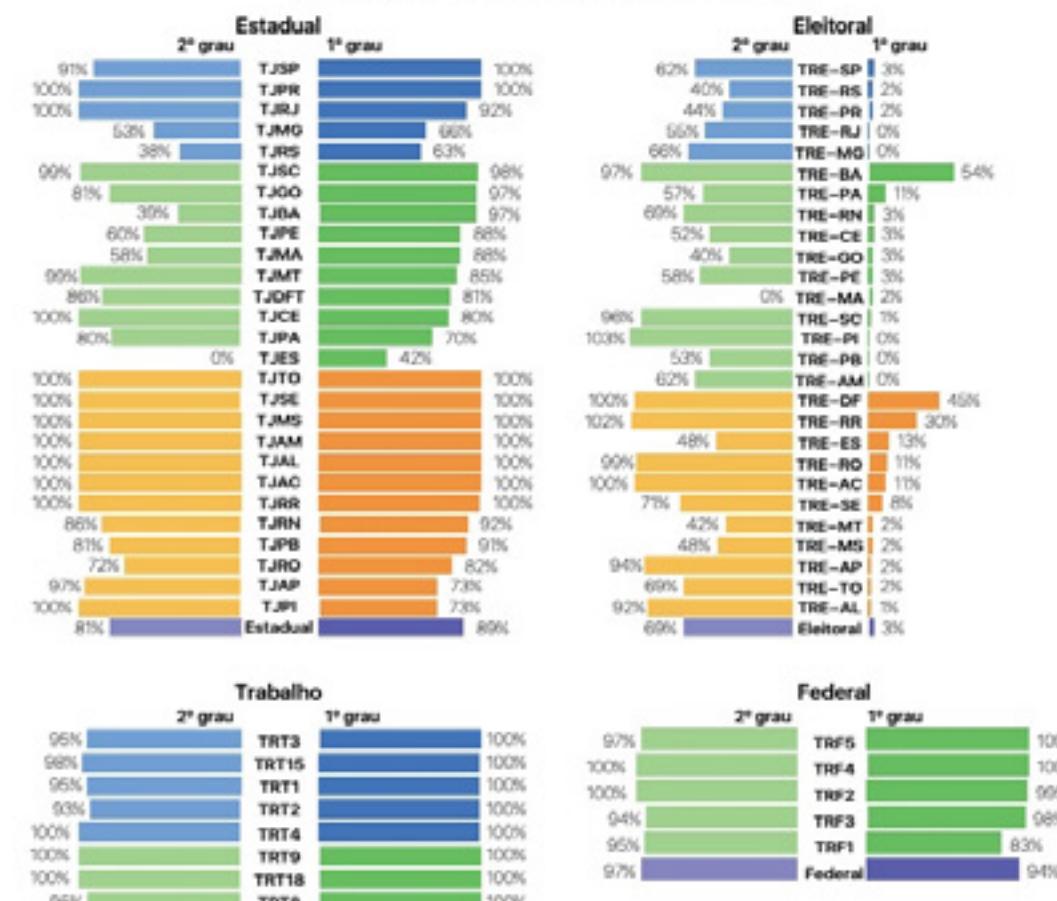
A JUSTIÇA FEDERAL NÃO PAROU....

Mesmo diante da pandemia de Covid-19, prestação jurisdicional se manteve produtiva nas cinco regiões

Em março de 2020, um vírus até então desconhecido, ceifou a vida de milhares de pessoas, impôs novos estilos de vida e provocou crises econômicas em todo o mundo. A partir dali, seriam desenvolvidas políticas de isolamento social, uso de máscaras, estabelecimento do **home office** e a rotina precisou ser modificada. Diante do novo desafio, que colocava em risco a sobrevivência da população, foi preciso se reinventar, driblar os impasses e continuar atuando em favor daqueles que mais precisavam. Apesar dos limites que se apresentaram, a Justiça Federal não parou. Acompanhando a virtualização do sistema judicial, a Justiça Federal registrou em 2019,

segundo o Anuário Estatístico do Conselho Nacional de Justiça, uma **média de mais de 90% de novos casos ingressados eletronicamente**. O ambiente digital e os investimentos em inovação permitiram, portanto, a manutenção da prestação jurisdicional e da produtividade em todos os Tribunais Regionais Federais mesmo com a crise vivida.

Figura 98: Índice de casos novos eletrônicos, por tribunal



Mais produtividade

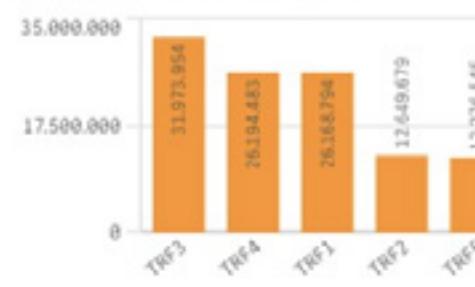
Dados disponibilizados em plataforma do CNJ revelam que somente no primeiro mês de teletrabalho foram produzidos pelos cinco TRFs mais de 360 mil atos judiciais, dentre despachos, sentenças, decisões, acórdãos, entre outros. Além disso, a produtividade nos tribunais atingiu, na segunda semana de maio, o pico de 83,9 mil sentenças e acórdãos proferidos. No acumulado do ano até dezembro, o total de movimentos realizados dentro da Justiça Federal superou 109 milhões e o total de decisões e sentenças/acórdãos ultrapassou a marca de 3,6 e 2,5 milhões, respectivamente.

Em junho de 2020, mês crítico da pande-

Total de movimentos realizados

109.263.455

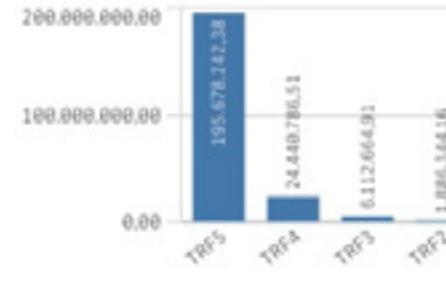
Total de movimentos realizados



Recursos destinados pela Justiça Federal para combate à pandemia da COVID-19

R\$228.118.037,96

Recursos destinados pela Justiça Federal para combate à pandemia da COVID-19



Dados coletados em 16/12 (CNJ)

Total de sentenças e acórdãos

2.596.052

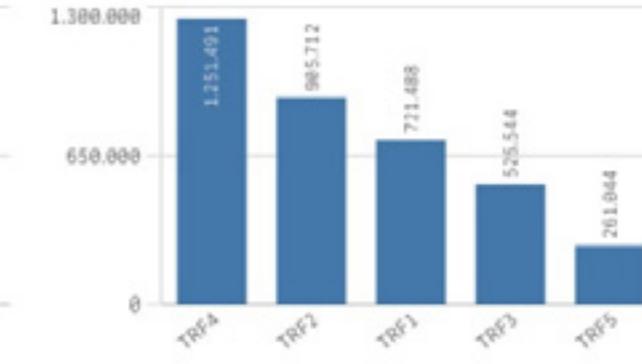
Total de Decisões

3.665.279

Total de sentenças e acórdãos



Total de Decisões



Dados coletados em 16/12 (CNJ)

mia no Brasil, as cinco regiões da Justiça Federal somavam pouco mais de 68 milhões de pendências enquanto no ano anterior esse total ultrapassava 75 milhões de casos. Neste período atípico, foram registrados cerca de 2,9 milhões de votos e mais de 21 milhões de sentenças foram proferidas no âmbito da Justiça Federal.

Auxílio aos mais necessitados

Além de continuar produtiva, a Justiça Federal se mostrou uma verdadeira aliada dos mais necessitados através não só das decisões, que levavam em conta a preservação do isolamento social para contenção do coronavírus, manutenção de hospitais, auxílios à população em geral, mas também de diversas campanhas de doação que foram e continuam sendo realizadas.

Ainda no início da pandemia, em abril, a Justiça Federal da 3ª Região abriu 20 editais para seleção de projetos de combate à Covid-19. Ao todo, mais de R\$ 5 milhões oriundos de pena de prestação pecuniária, transação penal, suspensão condicional do processo e acordos de não persecução penal foram disponibilizados no período. No mesmo mês, uma campanha de financiamento coletivo Colabore Hospitais UFMG registrou doações de quase R\$ 400 mil, que foram destinados às vítimas com síndromes respiratórias e outras emergências provocadas pela Covid-19. No acumulado do ano, segundo dados do CNJ, foram quase R\$ 230 milhões destinados pela Justiça Federal ao combate ao novo coronavírus, com destaque para o TRF5, que destinou mais de R\$ 195 milhões à causa.

Esses expressivos resultados motivaram uma campanha de redes sociais de divulgação de produtividade em todo o sistema judicial, denominada #AJustiçaNãoPara.

Auxílio emergencial — Considerado o principal recurso de boa parte da população brasileira durante a pandemia, o auxílio emergencial sofreu uma alta taxa de judicialização. De março a setembro, cerca de 76 mil pessoas haviam ingressado em um dos cinco TRFs para terem reconhecido o direito ao benefício.

Um levantamento produzido pela Ajufe mostrou que, desse total, mais de 20 mil ações tramitavam na 3ª Região, seguido da 1ª Região, com cerca de 18 mil processos. À época o presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, destacou o trabalho da Justiça Federal. “Os Juízes Federais, entendendo a importância desse benefício para o momento que a maioria das famílias está passando, vêm realizando uma série de ações para facilitar a solução dos litígios envolvendo o auxílio”, afirmou.

Em setembro, a equipe de comunicação da Ajufe iniciou uma campanha nas redes sociais para divulgar as iniciativas de cada Região da Justiça Federal para auxiliar os cidadãos na liberação do benefício. A campanha #JustiçaFederalEmAção contou com cards e vídeos com as principais informações a respeito do auxílio emergencial.



Peça divulgada na campanha #AJustiçaNãoPara alertava sobre a continuidade dos trabalhos da Justiça Federal no início da pandemia

Justiça Federal em ação auxílio emergencial



Card da campanha #JustiçaFederalEmAção, que divulgou informações a respeito do benefício do auxílio emergencial à população

Veja aos vídeos da campanha #JustiçaFederalEmAção no Instagram da Ajufe
instagram.com/ajufe_oficial

Ações nos estados — Na 1ª Região, o ingresso de ações para pessoas que buscavam reconhecimento do benefício foi facilitado pela criação de um formulário online. Já na 2ª Região, foi criado um canal exclusivo de conciliação para resolver as questões relacionadas ao auxílio emergencial.

Veja em: <https://www10.trf2.jus.br/conciliacao/auxilio-emergencial/>

A 3ª Região também investiu na conciliação, criando uma plataforma específica para essa forma de resolução aliada a um sistema de triagem de distribuição dos processos em que seria possível o reconhecimento do pedido pela União, com análise máxima em até 10 dias.

Conheça em: https://www.trf3.jus.br/documents/gaco/Auxilio_emergencial_-_orientacao.pdf

Na 4ª Região, foram disponibilizados links facilitadores no site do TRF4 para que os cidadãos tenham acesso a informações sobre como entrar com pedidos - com ou sem advogado -, quais documentos necessários e procedimentos.

A Corregedoria Regional e a Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef) da 4ª Região também recomendaram, a partir de três portarias conjuntas, o fluxo de trabalho a ser adotado nas ações com pedidos de revisão de negativa do auxílio emergencial. Assim, a tramitação preferencial dos processos ficou a cargo dos Centros de Resolução de Conflitos (Cejuscons) dos três estados da região.

Em outro exemplo, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (AL, CE, PB, PE, RN, SE) firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Cidadania (MC) para buscar maior eficiência nas ações relativas ao auxílio emergencial, benefício instituído pela Lei nº 13.982/2020, em razão da emergência da saúde pública decorrente da pandemia do Novo Coronavírus.

O documento previa, entre outros pontos, que seja disponibilizado ao TRF5 acesso ao sistema de consulta gerencial detalhada dos pedidos de auxílio emergencial para compreender o mecanismo de análise e pagamento do auxílio, além de conhecer melhor as razões que resultaram no indeferimento dos pedidos administrativamente. O MC atuou como articulador e facilitador desse processo junto à Dataprev.

As iniciativas da Justiça Federal, e da Ajufe como apoiadora dessas ações, continuaram e continuarão em andamento até que a situação volte ao normal. Até lá, a #JustiçaFederalNãoPara.

Informativos especiais

No período, a Ajufe produziu boletins informativos semanais, com decisões e notícias correlacionadas à crise causada pela Covid-19. Foram cerca de 460 notícias e decisões divulgadas, em 25 informativos.

Veja mais em:

<https://www.ajufe.org.br/publicacoes/outras-publicacoes>





17º FONAJEF debate importância dos Juizados Especiais Federais durante a pandemia

Fórum promovido pela Ajufe ainda celebrou os 5 anos dos Centros de Inteligência

A programação do XVII Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais, realizado de 23 a 25 de novembro de 2020, de modo híbrido, formato inédito na Ajufe, reuniu diversos especialistas para aprimorar o funcionamento dos JEFs em todo o país. Os magistrados puderam participar do Fórum de forma presencial, em Brasília, e também de forma virtual.

Na abertura do evento, o presidente da Ajufe falou sobre a importância do FONAJEF para desconstruir o mito de que a Justiça Federal é elitista.

“
O FONAJEF é o evento carro-chefe da Ajufe, no qual discutimos efetividade, jurisprudência e teses dos assuntos e processos que mais nos aproximam da população mais carente do Brasil. Conseguimos, nesses 17 anos, tornar a Justiça Federal presente, quebrando a ideia de que seríamos uma justiça elitista. Não temos receio de demandas. Os mais carentes podem contar conosco sempre!
“

Eduardo André,
 presidente da Ajufe

O primeiro painel do encontro discutiu "O sistema de precedentes judiciais e seu impacto nos Juizados Especiais Federais". O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Sanseverino, e o juiz federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler, foram os palestrantes, sob mediação dos juízes federais Odilon Romano Neto e Gisele Alcântara.

A programação do Fonajef continuou com um debate sobre os impactos da Reforma da Previdência nos juizados. O juiz federal Leonardo Cacau trouxe uma rica análise da reforma, com sugestões de enunciados para solucionar possíveis conflitos na concessão dos benefícios previdenciários.

O presidente do INSS, Leonardo Rolim, que também participou da discussão, afirmou que ainda há muito o que avançar. "A reforma trouxe pontos importantes, mas temos ainda muito o que avançar para reduzir a judicialização no Brasil e o diálogo institucional é que vai ser o caminho. Temos desafios de como implementar as decisões", afirmou.

Centros de Inteligência — O XVII FONAJEF marcou também a comemoração dos cinco anos de existência dos Centros de Inteligência da Justiça Federal. A coordenadora do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência (CIn), Vânia Moraes, fez um balanço histórico dos centros e destacou a importância dos centros de inteligência, especialmente, durante a pandemia de Covid-19.

“
Veio a pandemia e nós estávamos preparados. Engraçado falar que estávamos preparados, mas olhando para trás, parece que todo esse tempo e todo esse trabalho que foi realizado já estava sendo preparado como um instrumento para ser útil no momento histórico. Quando chegou a pandemia, já tínhamos uma rede totalmente interligada, fluente e nós conseguimos enfrentar muitas matérias rapidamente, que puderam ser úteis para os juízes.
“

Vânia Moraes, coordenadora
 Grupo Operacional do Centro
 Nacional de Inteligência (CIn)



Obra coletiva — Durante a programação do Fórum, também foi lançada a obra coletiva “Notas Técnicas e Resultados - atuação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal durante a pandemia”, que reúne diversas notas técnicas e suas respectivas análises de impacto.



A publicação foi produzida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal e traz os resultados alcançados pela Rede neste ano de pandemia, com as mudanças que precisaram ser implementadas, destacando a fundamental contribuição dos Centros de Inteligência da Justiça Federal para adaptação do sistema de justiça.

O primeiro capítulo é dedicado a artigos que resgatam a história dos centros de inteligência e os princípios fundantes. Já o segundo capítulo destaca as notas técnicas e estudos voltados à solução de questões que surgiram durante a pandemia.

Veja como acessar a obra:



Aponte a câmera do celular ao QR Code e acesse a obra, ou clique [aqui](#).

Veja como assistir à íntegra das palestras do 17º FONAJEF na TV AJUFE:



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à íntegra das palestras, ou clique [aqui](#).

Enunciados — Ao final do 17º FONAJEF, os magistrados votaram sugestões de enunciados e recomendações, das quais mais de 20 foram aprovadas, e servirão para o aperfeiçoamento dos juizados. Os participantes também aprovaram a Carta de Brasília do 17º FONAJEF. O documento reforça a importância dos JEFs, que foram “o porto seguro do cidadão brasileiro no que se refere à garantia de direitos, especialmente ligados a questões de assistência, saúde e previdência social”. Leia a íntegra da carta ao lado.

Carta de Brasília — XVII FONAJEF

23 a 25 de novembro de 2020

As magistradas e magistrados federais reunidos presencial e virtualmente em Brasília, por ocasião do XVII FONAJEF, reafirmam a relevância dos Juizados Especiais Federais para o país. No contexto da pandemia COVID-19, os Juizados foram o porto seguro do cidadão brasileiro no que se refere à garantia de direitos, especialmente ligados a questões de assistência, saúde e previdência social.

Para a AJUFE também os desafios foram muitos, a começar pela organização do fórum, no inédito formato híbrido, virtual e presencial, com a garantia de observância de todas as regras sanitárias.

Nesta edição, o FONAJEF estruturou-se em três eixos fundamentais: o sistema de precedentes, a reforma da previdência no contexto da Emenda Constitucional nº 103 e o papel dos Centros de Inteligência na pandemia.

Foram debatidas, nos painéis e nos grupos de discussão, as inovações legislativas da reforma previdenciária, novas teses e obstáculos enfrentados pelos JEF's na sua interpretação e aplicação, sempre tendo como norte a justiça na análise da concessão de benefícios, concluindo-se que muitas questões ainda carecerão do devido amadurecimento por parte da comunidade jurídica.

Os cinco anos da criação dos Centros de Inteligência da Justiça Federal foram celebrados, destacando-se sua atuação propositiva e efetiva por meio de notas técnicas amplamente difundidas durante a pandemia, com o lançamento de livro com a sua compilação e resultados práticos. A partir de uma atuação horizontal e em rede, os Centros de Inteligência trouxeram novas formas de pensar e atuar na magistratura federal, bem como propostas para a continuidade dos trabalhos em um contexto de restrições orçamentárias e de distanciamento social.

Ainda, pontuou-se seu relevante papel na prevenção e no monitoramento de litígios com potencial de multiplicação, para a busca de soluções que atendam com brevidade e eficiência aos jurisdicionados, e foi ressaltada a importância dos precedentes qualificados para se garantir a isonomia e a necessária segurança para o desenvolvimento das relações jurídicas. Em plenária, os associados legitimaram a carta de princípios da inteligência judicial, resultantes da experiência exitosa e reconhecida dos Centros de Inteligência na Justiça Federal, quais sejam:

- Princípio da Preservação da Competência Jurisdicional
- Princípio da Jurisdição em Rede
- Princípio da Horizontalidade
- Princípio do Diálogo entre Instâncias
- Princípio da Cooperação
- Princípio da Governança Judicial Compartilhada
- Princípio da Informalidade e da Flexibilidade
- Princípio da Inovação
- Princípio da Prevenção
- Princípios da Isonomia e da Segurança Jurídica

Mantendo-se a tradição dos FONAJEFs, foram compartilhadas experiências exitosas das cinco regiões, com a ideia de difusão em rede das boas práticas.

A AJUFE reforça o compromisso dos Juizados Especiais Federais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, para trabalhar pela promoção de uma sociedade pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos, prestando jurisdição responsável, célere, eficaz e inclusiva.

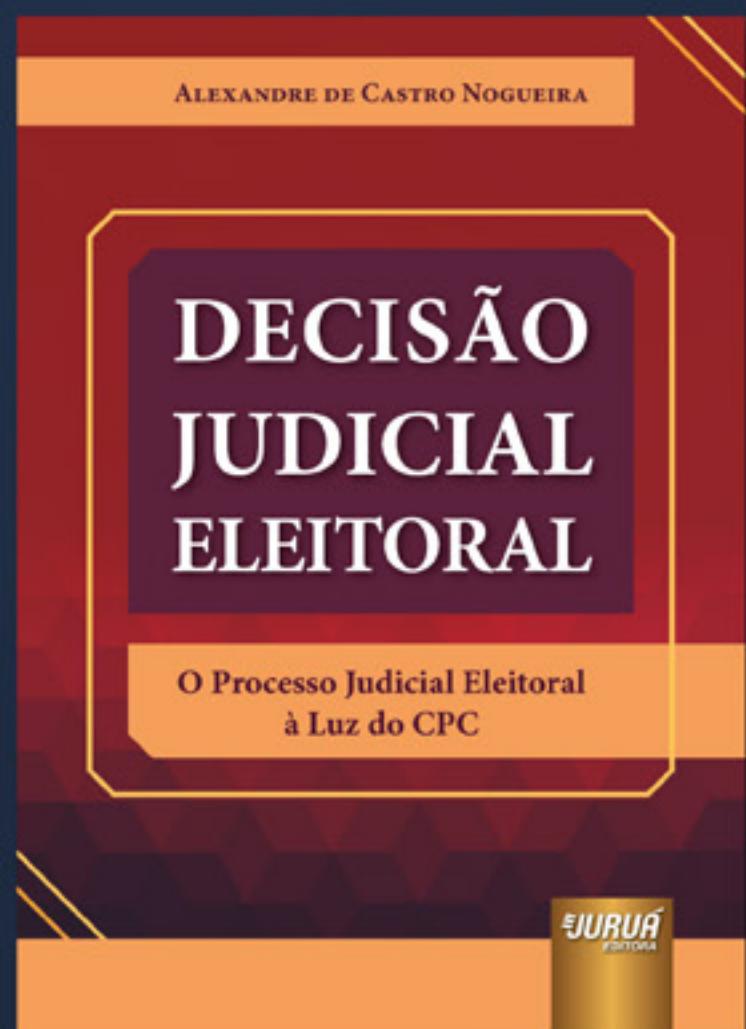
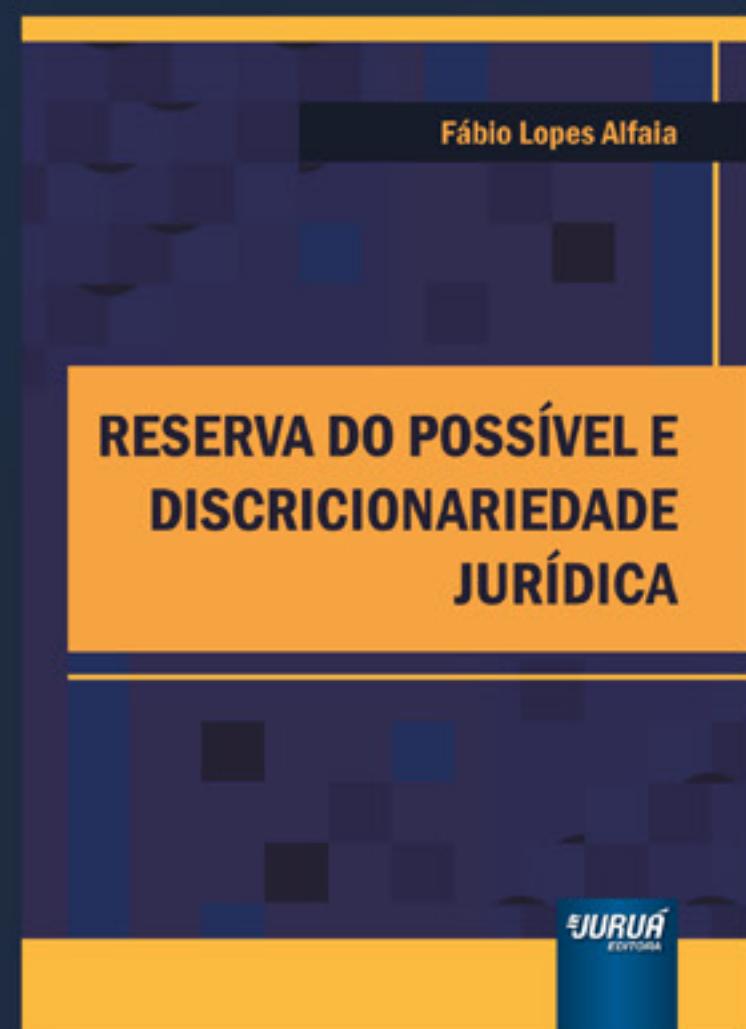
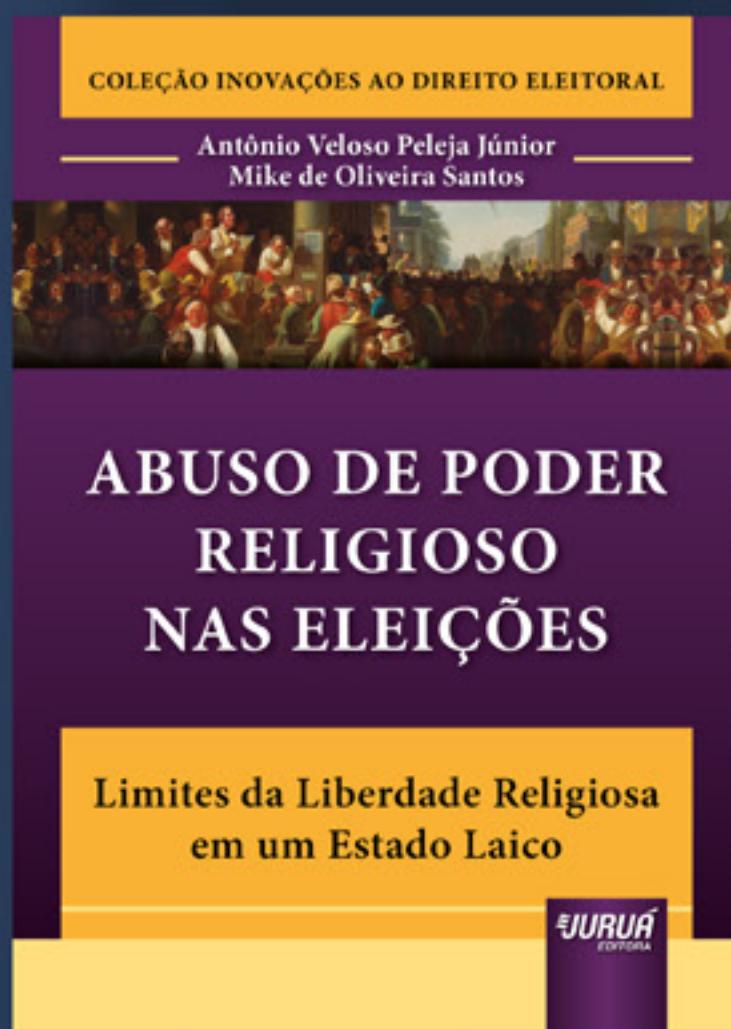
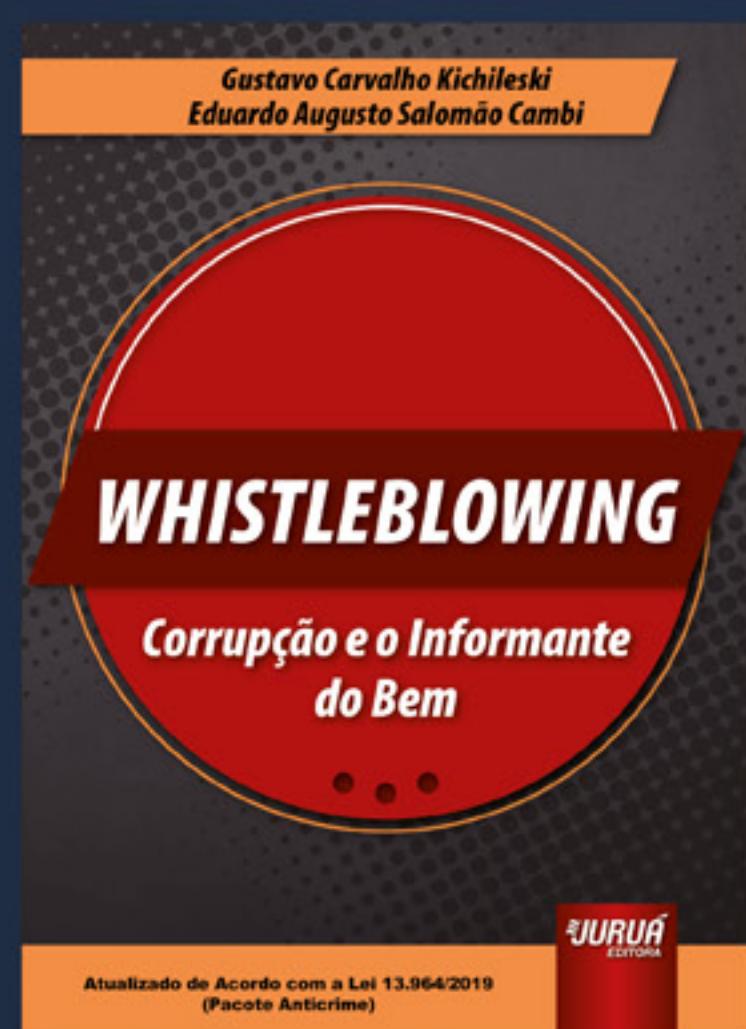
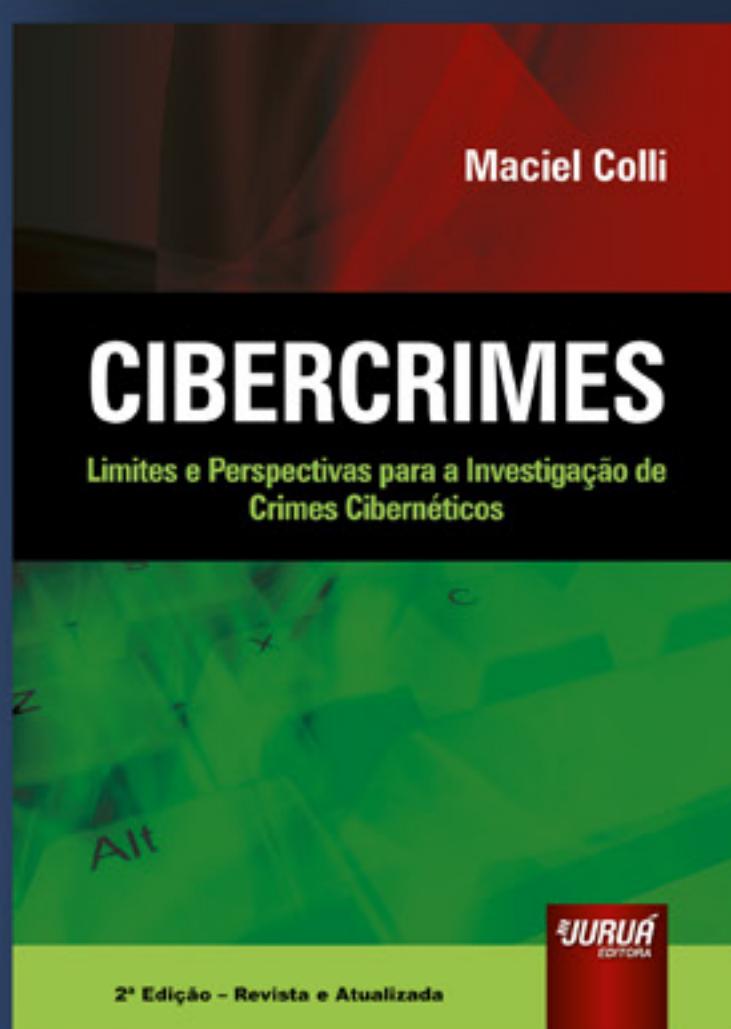
A PARCERIA COM A JURUÁ EDITORA CONTINUA!

São diversas vantagens exclusivas para associadas e associados AJUFE.

Mais de 5.000 livros com **30% de desconto, atendimento personalizado e condições especiais para a publicação da sua obra!**

Acesse: www.jurua.com.br
e utilize o cupom: **AJUFE18**

Confira algumas obras disponíveis:



Desjudicialização e Prevenção de Litígios

Um bate-papo com a juíza federal Luciana Ortiz sobre o Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS)



A juíza federal Luciana Ortiz é uma das criadoras do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), iniciativa responsável pelo processo de implementação da Agenda 2030 no Poder Judiciário. Nesta entrevista, ela explica o funcionamento dos laboratórios de inovação, que têm modernizado a Justiça Federal e sido disseminados por todo o Judiciário brasileiro.

A iniciativa nasceu no 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Foz do Iguaçu (PR), no qual o ministro Dias Toffoli, então presidente do CNJ, destacou a importância de incluir no planejamento do Poder Judiciário para 2020 as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Regulamentado pela Portaria CNJ 119/2019, o LIODS define planos de ação para subsidiar o gerenciamento, a aplicação e o monitoramento do alcance dos ODS nos órgãos da Justiça.

Na conversa, Luciana Ortiz destaca que durante a pandemia da Covid-19 temas sensíveis já puderam ser encaminhados para o LIODS, como o benefício do auxílio emergencial e as perícias judiciais.

Leia a entrevista.

Qual a importância de trazer a Agenda 2030 à pauta central dos laboratórios de inovação?

A Agenda 2030 da ONU convida as nações a enfrentar desafios para um mundo mais solidário, justo e sustentável, traduzidos em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É uma pauta de direito humanos, que requer sensibilidade e humanidade na construção das políticas, a fim de que todas as vozes sejam contempladas. Os laboratórios de inovação constituem ambiente de profunda aprendizagem de pensar e fazer o serviço público a partir da perspectiva do usuário, da sua realidade, a fim de que o serviço possa contemplar também as minorias no serviço público. Além disso, os *labs* abrem o Judiciário para a construção coletiva e as parcerias, que por meio de metodologias de inovação, tem o condão de reunir possibilidades institucionais e interinstitucionais, o que gera não apenas soluções criativas e viáveis, mas também o engajamento para implementação da ideia. A própria ONU em cursos sobre a Agenda 2030 traz metodologias de inovação para sua implementação, sobretudo nos níveis locais e regionais. Trazer esta perspectiva tão humana para os laboratórios foi algo significativo e foi abraçado pelos laboratórios de inovação e centros de inteligência, sendo que muitos deles já estão sendo criados com o formato "LIODS", incluindo a Agenda 2030 na sua constituição.

Como foi desenvolvida a criação do LIODS? A experiência de inovação da Justiça Federal foi uma aliada nesse processo?

A criação do movimento LIODS nasceu do projeto liderado pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, do Conselho Nacional de Justiça, de implementar a Agenda 2030 das Nações Unidas no Poder Judiciário, a partir da construção coletiva, do olhar empático para os usuários do serviço e a partir da gestão do acervo, com vistas à desjudicialização e prevenção de litígios. Nasceu no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Foz do Iguaçu, em 2018, no qual o Ministro Dias Toffoli, destacou a importância de incluir no planejamento do Poder Judiciário para 2020 as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Nações Unidas. Neste evento, a Agenda 2030 foi apresentada com as experiências dos Centros de Inteligência e dos Laboratórios de Inovação, que nasceram na Justiça Federal e hoje estão se espalhando para todo o Judiciário.

De que forma se dá a atuação administrativa apoiada nos objetivos de desenvolvimento sustentável? E quais os exemplos concretos dessa iniciativa que auxiliaram a Justiça a continuar a prestação jurisdicional, por exemplo, durante a pandemia de Covid-19?

A Agenda 2030 pode ser aplicada ao Judiciário na gestão judicial administrativa ou processual. Precisamos, individualmente, magistrados e servidores, antes mesmo da instituição, interiorizar os contornos desta grande agenda global, e mudar nosso compromisso com a sociedade com pequenas e grandes ações, mobilizando todos os nossos esforços pessoais para sermos mais responsivos com a humanidade. Depois, indispensável que transportemos essa consciência sustentável em todas as suas dimensões (social, ambiental e econômica) para a nossa instituição. Do ponto de vista administrativo, cada vez mais podemos colaborar com iniciativas institucionais para a implementação dessas novas ações. E, para além da colaboração, sermos protagonistas da mudança, com uma atuação proativa. O segundo aspecto é a atuação processual. A Comissão Permanente da Agenda 2030 do CNJ, coordenado pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, relacionou todos os assuntos processuais do Poder Judiciário com os ODS. Com isso, é possível encontrar no site do CNJ plataformas em *Business Intelligence* com o cruzamento desses dados. Isso dá um olhar muito rico sobre a gestão do nosso acervo, que podem ser combinados com dados externos, como Índice de Desenvolvimento Humano. A partir daí é possível eleger prioridades na formulação de Políticas do Judiciário em todos os seus níveis. Para cumprimento da Meta 9, que prevê a adoção de Planos de Ação para implementação da Agenda 2030 no Poder Judiciário, os Tribunais estão elegendo prioridades e criando lindos projetos com foco na sustentabilidade. Cada unidade jurisdicional pode ter uma estratégia específica para o seu acervo.



Luciana Ortiz, em janeiro de 2020, durante inauguração do 'Espaço de Inovação e Inteligência' da Seção Judiciária de São Paulo

Trago duas experiências do Observatório de Crise do CNJ, criado neste momento da pandemia COVID-19, que foram encaminhadas para o LIODS, o benefício do auxílio emergencial e as perícias judiciais. Tínhamos um potencial expressivo de novas demandas judiciais do benefício de auxílio emergencial, dado que de 156 milhões de pedido, foram deferidos por volta de 65 milhões, ocasionado em grande parte por inconsistências na base de dados do governo. Então, foi realizado um trabalho bastante forte do LIODS, com reuniões interinstitucionais, e depois, com os Tribunais, para cruzamento de dados, evitando-se com isso, com um trabalho empático e colaborativo, demandas judiciais em situações em que não existia o litígio.

Além disso, um programa com diversos atores, o Programa PRODIRUA, permitiu a união de esforços, sobretudo com a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, fluxo de trabalho em rede para fornecimento de documentos para as pessoas em situação de rua, possibilitando acesso aos recursos assistenciais do governo. Por fim, a questão das perícias foi uma pauta que o LIODS se debruçou. Com a proposta dos Centros de Inteligência de realização de teleperícias durante a pandemia, acabou por resultar na normatização do CNJ, viabilizando a sua realização no âmbito do Poder Judiciário. É um assunto polêmico, mas o fato é que a rede toda foi mobilizada para encontrar uma solução viável para o andamento de processos de benefício de incapacidade, dado que era uma questão de humanidade, considerando ser substitutivo da renda. Essa pauta foi ampliada para se pensar nos problemas em torno da questão "perícias Judiciais" e foi promovida uma Oficina LIODS Perícias com magistrados e servidores do Brasil todos. O resultado está no CNJ para os encaminhamentos das soluções propostas.

No início de dezembro, foi lançada a plataforma da Rede de Inovação e Inteligência do Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Como essa nova ferramenta funciona e qual a importância dela no sistema judicial?

O LIODS promove a construção de políticas, dentro da visão multinível e multivisão. O trabalho é de compartilhamento de experiências entre os laboratórios de inovação e centros de inteligência, não apenas do Poder Judiciário, mas com outros Poderes, iniciativa privada, sociedade civil, academia e órgãos internacionais, com vista à implementação da Agenda 2030 no Poder Judiciário. A partir desta visão, os Laboratórios de Inovação estão se reunindo quinzenalmente para juntos construirmos a rede de inovação. É o olhar de quem está à frente do trabalho, cujos *insights* e vivências dos magistrados e servidores estão contribuindo para um resultado efetivo de espaços de trabalho em rede. O resultado é de todos, despersonalizado, que leva ao engajamento e a motivação para contribuir para um Judiciário alinhado ao objetivo global da Agenda 2030 das Nações Unidas. A plataforma lançada agora em dezembro de 2020, constitui espaço de amplo compartilhamento de ideias e desenvolvimento de projetos em rede. A plataforma é um ambiente democrático e transparente. Estava praticamente pronta em março, mas avançou na criação dos fluxos de funcionamento agora em novembro, a partir da colaboração dos laboratórios, especialmente do Tribunal de Justiça do Paraná, que trouxe a ideia da alimentação em rede. Então a força de rede de inovação do LIODS forjou este importante espaço de troca de experiências e desenvolvimento de projetos em rede de laboratórios. Neste espaço será possível dialogarmos em rede e construirmos de forma conjunta, o que antes vínhamos fazendo por grupos de WhatsApp, portanto, a rede já trabalhava de forma conjunta.

“É uma pauta de direito humanos, que requer sensibilidade e humanidade na construção das políticas, a fim de que todas as vozes sejam contempladas.”

Luciana Ortiz, juíza federal e uma das criadoras do LIODS

Quais os desafios da implantação da Agenda 2030 para os próximos anos, principalmente, no cenário pós-crise causado pela pandemia do novo coronavírus?

A Agenda 2030 ganha ainda mais relevância neste contexto de crise humanitária, dado que haverá um acirramento das distâncias sociais e econômicas, especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O desafio, colocado pela ONU, será manter a agenda de atendimento de políticas em andamento, com o acréscimo de socorro humanitário imposto pela pandemia. Este momento traz a reflexão de que o abismo socioeconômico de parte da população, com falta de saneamento, educação e saúde, além da ausência de compromisso ambiental sustentável, nos trará desafios como o que a sociedade, independentemente de classe social, está enfrentando. Estamos vendo que precisamos de um Estado de Desenvolvimento do Bem Estar social, onde todos caminham juntos e as garantias mínimas da existência são asseguradas para todos em todas as nações.



Em seis meses, atuação jurídica da Ajufe registrou mais de 200 atividades

Ampliação da Justiça Federal, perícias e teletrabalho estiveram entre os itens mais reforçados



O segundo semestre de 2020 da Ajufe também foi marcado por conquistas da atuação jurídica. Mesmo diante dos desafios impostos pela Covid-19, a equipe, liderada pelo diretor jurídico Ivanir Ireno, continuou empenhada na defesa técnico-jurídica dos associados em ações judiciais e disciplinares relacionadas à atividade jurisdicional, mantendo também sua atuação interinstitucional.

De junho a dezembro de 2020, foram 18 casos de assistência jurídica, conforme o Regimento Interno da Comissão de Prerrogativas, com cinco êxitos entre eles e dois arquivamentos relacionados à reclamações disciplinares. A Ajufe ainda atuou administrativamente perante os Conselhos de Administração do TRF, participando efetivamente de cinco sessões. No período, foram registradas mais de 200 atividades em pelo menos oito temas, dentre eles o teletrabalho, auxílio-alimentação e perícias.

STF

No Supremo Tribunal Federal, a associação atuou constantemente nas pautas de julgamento de feitos de interesse da magistratura federal, com destaque para a busca do reconhecimento do cômputo do tempo de serviço advocatício antes da EC 20/98 para os juízes federais e do julgamento conjunto dos casos de simetria com a ADI 4822.

Na última semana de sessões no Supremo, devido a complexidade do tema, a Ajufe solicitou a retirada de pauta dos REs 968646 e 1059466, leading case da simetria, que estavam com julgamento virtual previsto para o dia 18 de dezembro. O ministro-relator Alexandre de Moraes acatou o pedido e retirou os itens da pauta virtual. Na ocasião, o diretor jurídico Ivanir Ireno explicou a importância da medida. "Sabemos que nas questões corporativas vamos ganhar umas e perder outras, e sempre seremos reverentes às decisões do STF. No entanto, queremos ganhar e perder juntos, com o STF afirmando e reafirmando o caráter nacional da magistratura", afirmou.

CNJ

Já no Conselho Nacional de Justiça, a atuação jurídica se deu a partir do acompanhamento de 16 audiências por vídeo, com monitoramento de processos de interesse direto e indireto para os magistrados federais. Quatro deles tiveram intervenção efetiva da Ajufe: garantia da independência judicial, fortalecimento da Justiça Federal (audiência de custódia por vídeo) e reconhecimento de direitos para os magistrados federais com base na simetria entre as carreiras da magistratura e Ministério Público. Além disso, a associação também colaborou em seis minutões de atos normativos no CNJ.

CJF

No Conselho da Justiça Federal houve o acompanhamento de 5 sessões virtuais e 6 sessões telepresenciais do Plenário. Com atuação efetiva do jurídico em 13 processos com temas como: ilegalidade de penas acessórias criadas pelo Conselho e não previstas na LOMAN como o art. 29,III, "b", da Resolução 1/2008 do CJF; ilegalidade de realocação de varas federais em desacordo com a Resolução 184/2013 do CNJ; a edição de normas fixas de remoção, permitindo a livre movimentação de magistrados entre as 5 regiões; readequação do orçamento da Justiça Federal; pagamento do passivo do auxílio-alimentação; porte de arma institucional para magistrados; pagamento juros de mora e correção monetária da PAE (diante da alteração orçamentária do ano de 2020).

O trabalho jurídico garantiu decisões que reconheceram a conversão em pecúnia de 10 dias de férias de magistrados; suspensão da vigência do § 3º do artigo 28 da Resolução CJF n. 305/2004, de 28-9-2020 a 31-12-2020 que limitava o número de perícias que poderiam ser realizadas por cada perito; possibilidade de compensação de plantões para desembargadores federais, bem como o prazo de 12 meses a contar da realização do plantão, e a regulamentação dos TRFs sobre a marcação de férias durante a pandemia.

TCU

No Tribunal de Contas da União, a Ajufe atuou como interessada em representações propostas pela órgãos de fiscalização, para garantir a natureza indenizatória do benefício especial da Funpresp Jud. E também com relação à correção do teto de gastos para a Justiça Federal, decorrente de vícios da MP 711/2016.

Congresso Nacional

No âmbito do Congresso Nacional, o jurídico apresentou sugestão legislativa à Comissão de participação Legislativa da Câmara sobre o uso do sistema de audiência eletrônica ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para realização de atos processuais no processo penal brasileiro.

Cartilha para julgamento com perspectiva de gênero

A Comissão Ajufe Mulheres lançou, em dezembro de 2020, uma cartilha para julgamento com perspectiva de gênero voltada ao Direito Previdenciário. A obra, que tem o apoio do Portal Migalhas, é fruto de reflexões da Comissão e se mostra como um guia para o julgamento de causas previdenciárias levando em conta questões de gênero, raça e outros marcadores sociais. O documento parte da constatação de que o acesso à justiça para algumas pessoas enfrenta obstáculos ligados a estereótipos.

Na visão da coordenadora da Comissão Ajufe Mulheres, Tani Wurster, a publicação é um passo fundamental para o avanço das políticas de equidade no âmbito do Poder Judiciário.



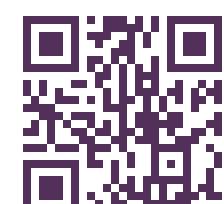
Julgar com perspectiva de gênero significa adotar uma postura ativa de reconhecimento das desigualdades históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais a que as mulheres estão e estiveram sujeitas desde a estruturação do Estado, e, a partir disso, perfilar um caminho que combata as discriminações e as violências por elas sofridas, contribuindo para dar fim ao ciclo de reprodução dos estereótipos de gênero e da dominação das mulheres.

Tani Wurster, coordenadora
Comissão AJUFE Mulheres



O livro também representa uma contribuição para a conscientização da importância de se adotar uma metodologia para julgamento com perspectiva de gênero, junto à comunidade jurídica, e de modo especial, perante ao Conselho Nacional de Justiça, a quem a Ajufe já requereu a elaboração de um protocolo oficial para julgamento com perspectiva de gênero, a exemplo de países como Chile, México e Bolívia.

A publicação é coordenada pelas juízas federais Tani Wurster e Clara Mota e conta com a autoria de juízas e juízes federais, além de pesquisadores e advogados.



Aponte a câmera do celular ao QR Code e acesse a obra, ou clique [aqui](#).



COMISSÃO
AJUFE
MULHERES

Webinários Perspectiva de Gênero

Ao longo dos últimos meses, a Comissão AJUFE Mulheres propiciou encontros com conversas qualificadas sobre perspectiva de gênero. O projeto, "Webinar Perspectivas de Gênero" foi iniciado em abril, ao final da gestão do juiz federal Fernando Mendes, tendo sua continuidade garantida na transição da gestão com o atual presidente Eduardo André.

Entre junho e agosto, a Comissão propôs as discussões "Gênero e Educação à distância" e "Assédio sexual: uma questão de gênero e raça", com magistradas federais e convidadas especialistas nos assuntos. Além disso, o grupo homenageou a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat numa conversa, em forma de videoconferência, com o tema "Mulheres no Sistema de Justiça, efetivação de direitos e transformação social".

Os webinários discutiram temas relevantes e atuais como, por exemplo, os impactos na educação causados pelo distanciamento social na rotina de professores, mães/pais e alunos, e os riscos do aprofundamento de desigualdades em razão de obstáculos à inclusão digital.

Espinosa, mas com necessidade de enfrentamento urgente, também foi amplamente debatida a questão do assédio sexual no trabalho, com exposição de estratégias de combate a esse crime e estratégias de defesa da vítima, além das questões probatórias. Na conversa com Duprat, estiveram em pauta questões relacionadas à equidade de gênero, experiência com povos indígenas, e instituições e racismo estrutural.

Todas as palestras estão disponíveis, na íntegra, no canal da Ajufe no Youtube (www.youtube.com/tvajufe).

1 Gênero e educação

zoom

Aponte a câmera do celular ao QR Code e acesse o episódio, ou clique [aqui](#).

2 Assédio sexual

zoom

Aponte a câmera do celular ao QR Code e acesse o episódio, ou clique [aqui](#).

3 Homenagem Deborah Duprat

zoom

Aponte a câmera do celular ao QR Code e acesse o episódio, ou clique [aqui](#).

Ajufe participa do webinar "20 anos de mulheres no Supremo Tribunal Federal: conquistas e necessidade de avanços"

A secretária-geral da Ajufe, Clara Mota, representando a Comissão Ajufe Mulheres, participou do webinar sobre os '20 anos de mulheres no Supremo Tribunal Federal: conquistas e necessidade de avanços', promovido pelo JOTA, em parceria com a Transparência Eleitoral Brasil.

Inicialmente, o webinar destacou a importância da inserção feminina no Poder Judiciário. A juíza federal Clara Mota citou o papel da Comissão Ajufe Mulheres nesse processo e afirmou que é preciso ampliar a visão de que a mulher é importante apenas para tornar um julgamento mais sensível ou acolhedor.

“

O nosso caminho tem sido o de não essencializar a figura feminina como se ela fosse, necessariamente, traduzir um julgamento mais sensível, mais acolhedor ou mais empático. Pode ser que isso em alguns tipos de jurisdição, como na violência doméstica, em alguns tipos de ramo de matéria isso pode fazer alguma diferença em termos de identificação e empatia, mas para isso a gente precisaria de dados, estudos empíricos aprofundados sobre os benefícios específicos dessa presença em algum tipo de jurisdição. A gente pensa que a presença feminina no Poder Judiciário é importante para além disso, avaliou.

Clara Mota,
secretária-geral da Ajufe

”



A secretária-geral da Ajufe ainda frisou que os números, atualmente, não demonstram uma abertura às mulheres no Poder Judiciário. **"Mulheres são importantes como uma demanda democrática, como uma demanda de que esse Poder está aberto a variadas visões e que esse Poder, de fato, está aberto com seu acesso e sua porta franqueada a todas aquelas que quiserem e almejarem essa carreira. No momento os números não ilustram isso"**

Ao final do painel, as convidadas falaram sobre os desafios frente à exclusão de mulheres nos tribunais.

“

Acredito que a mudança venha através de políticas institucionais, [...] se não a gente vai continuar do modo que quase sempre acontece, falando com quem já pensa de modo semelhante ou se sentindo pregando em um certo deserto. Tem havido avanços, mas a gente precisa que isso se torne política.

Clara Mota,
secretária-geral da Ajufe

”

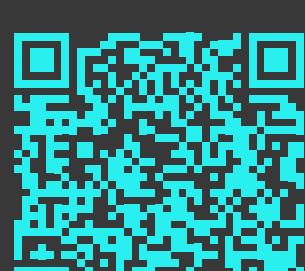
Assista à íntegra do seminário virtual.



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à íntegra do seminário, ou clique [aqui](#).

Atuação institucional

Em novembro, com apoio do presidente da Ajufe, Eduardo André, a Comissão AJUFE Mulheres divulgou nota de repúdio pelo caso "Mariana Ferrer". Ao lado, leia a íntegra da nota.



Aponte a câmera do celular ao QR Code e tenha a nota em mãos, ou clique [aqui](#).

 **ajufe_oficial**

...

NOTA DE REPÚDIO

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), por sua Comissão Ajufe Mulheres, considerando a proposta de abertura de processo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apuração de condutas discriminatórias ocorridas em audiência do caso "Mariana Ferrer", vem a público repudiar a utilização de linguagem sexista e humilhante contra vítimas mulheres no âmbito do Poder Judiciário.

As mulheres brasileiras, infelizmente, já sofrem de forma rotineira múltiplas formas de violência e preconceito. Ao buscar a justiça, elas almejam não apenas a merecida reparação contra tais eventos, mas, antes de tudo, acolhimento e respeito à sua condição. Por isso, a invocação, em juízo, de estereótipos sexistas e que buscam estigmatizar a pessoa, traduz discriminação com graves repercussões institucionais, capaz de atingir a credibilidade de todo o sistema de justiça.

A Ajufe tem defendido ao longo dos anos a equidade entre homens e mulheres, seja fomentando a ascensão e a visibilidade femininas, seja atuando em prol da criação de protocolos que permitam o julgamento, com perspectiva de gênero, das diversas questões trazidas a juízo. Dessa forma, esperamos a institucionalização de diretrizes que evitem a reiteração de condutas discriminatórias intoleráveis e que os responsáveis por atos de agressão moral ou física sejam exemplarmente punidos.

Brasília, 03 de novembro de 2020

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes - Presidente da Ajufe

COMISSÃO AJUFE MULHERES

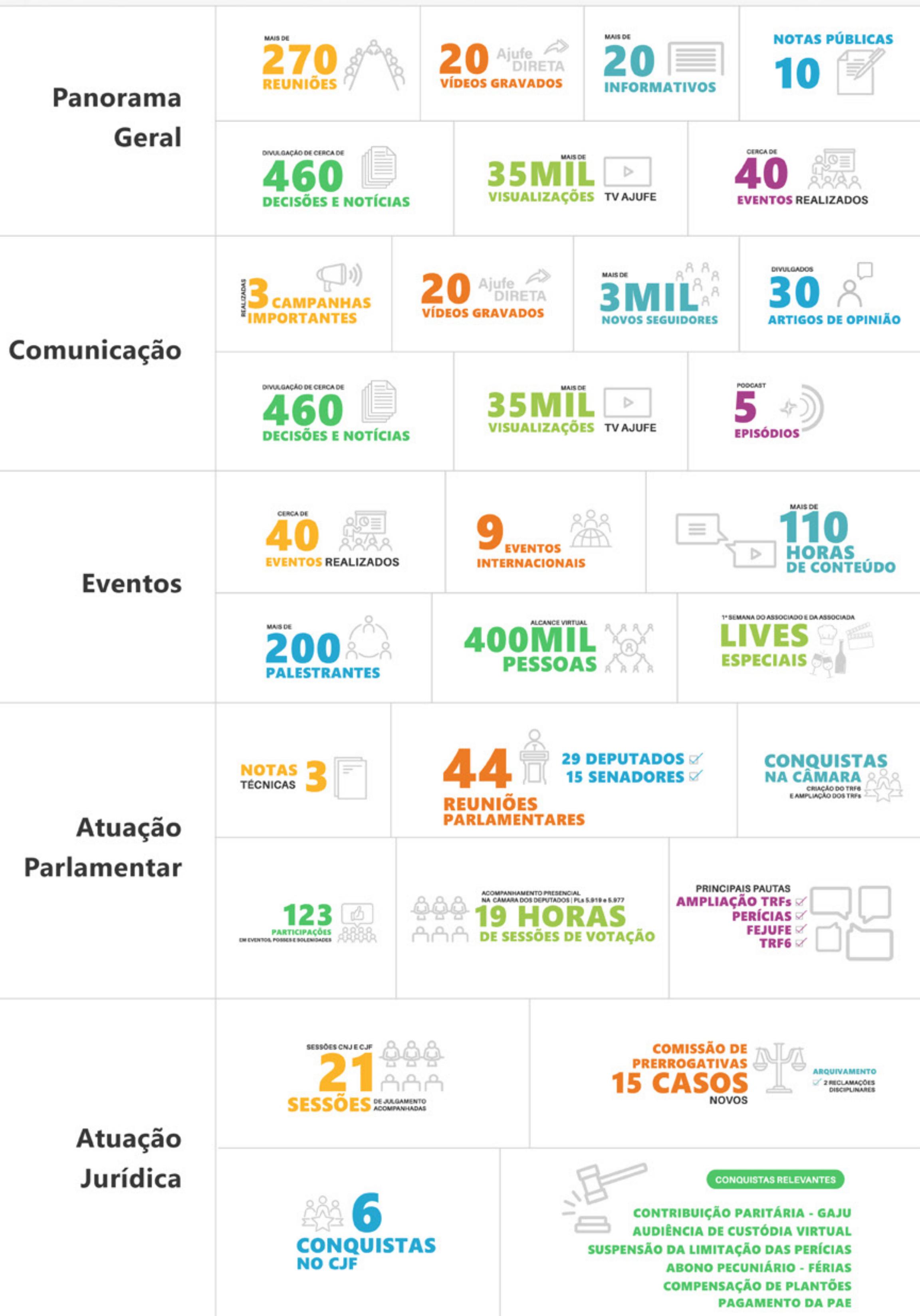


1.035 curtidas

Nota de Repúdio #justiçapormariferrer #mariferrer

TRABALHO ASSOCIATIVO em números

Junho a Dezembro/2020



Registro de Atividade por Tema

TRF6 e AMPLIAÇÃO DOS TRFs 55 registros	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 19 registros
FEJUFE 50 registros	FÉRIAS 18 registros
PERÍCIAS 27 registros	REMOÇÃO EXTERNA 8 registros
TELETRABALHO 23 registros	PLANTÕES 6 registros
Total	206 registros



Comunicação da Ajufe investe em treinamentos e mais divulgação de ações

A Comunicação da Ajufe, dirigida pelo juiz federal Saulo Casali no biênio 2020-2022, passou por grandes transformações. Já no início da gestão, foram realizados treinamentos de mídia com os porta-vozes da associação, promovidos pela F7 Comunicação, empresa de assessoria que acompanha a Ajufe na Imprensa. Com o objetivo de padronizar o discurso

e torná-lo o mais eficiente possível, o presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, e alguns diretores participaram das oficinas virtuais com a jornalista Cristina Serra, com mais de 30 anos de experiência em comunicação, tendo passado pela TV Globo, My News e, atualmente, integra a equipe do Portal Metrópoles.

Plano de Ação de Comunicação

Ao longo do mês de julho e agosto, a Pensata Comunicação auxiliou a equipe na construção de um planejamento estratégico de comunicação, após avaliação externa e definição de metas. Os diretores e funcionários da comunicação participaram ativamente das reuniões prévias para traçar novas ações e complementar as existentes.

O documento apresentou uma série de recomendações, produtos, responsabilidades, sugestões de mensagens-chave direcionadas aos diferentes públicos, bem como etapas, processos e rotina a serem seguidos. E ainda serviu de base para montagem do plano de ação, que foi elaborado pela equipe interna e externa de comunicação da Ajufe.



Aponte a câmera do celular ao QR Code e veja o Plano de Ação (ou clique [aqui](#)).



Nova identidade visual

Em conformidade com a análise da Pensata, a partir de janeiro de 2021, a Ajufe terá um novo visual, inclusive de sua logomarca, a fim de tornar mais objetiva e moderna a divulgação dos materiais gráficos, informativos e de ações nas redes sociais. No mês de agosto, foram iniciados os debates das estratégias de inovação da marca Ajufe pela Diretoria e a equipe interna com a agência de publicidade Look'n Feel. Em dezembro, após apresentação de protótipos, experimentos de aplicabilidade e pesquisas de atuação, foi aprovada a nova identidade visual da associação.

O principal objetivo foi a modernização da imagem da Ajufe, para fins de diferenciação e notabilidade, no entanto sem perder a essência dos mais de 45 anos da entidade. A logomarca foi revisada por especialistas da agência e traz uma proposta moderna e de maior aplicabilidade gráfica.

Ajufe Direta

Preocupada em estabelecer um canal de comunicação exclusivo com os associados e associadas, a nova Diretoria criou a Ajufe Direta, que engloba a "Palavra do Presidente", a "Palavra da Diretoria" e lives internas. Por meio deste novo formato, os magistrados federais que fazem parte da Ajufe podem tirar dúvidas, propor críticas e sugestões para a melhoria da gestão. A cada semana, o presidente Eduardo André ou um diretor traz o resumo associativo em vídeos curtos que são enviados pela lista de transmissão de notícias do WhatsApp. Além disso, os associados também passaram a ter acesso a videoconferências, nas quais podem conversar com o presidente e a diretoria sobre as ações, eventos e pautas remuneratórias ou legislativas em andamento.

Ações de comunicação

A fim de manter o bom posicionamento de mídia da Ajufe tanto internamente, quanto externamente, a equipe investiu e continuará investindo nos seguintes temas que servirão de mote para campanhas de comunicação: O papel do Juiz Federal; a valorização da magistratura federal; e a revisão de subsídios. Os "artigos de opinião", os quadros "Ajufe Responde", "Você Sabia?" e "A Justiça Não Para". Essas foram as principais peças de campanha já definidas para alavancar essa nova estratégia de divulgação.

Além das ações práticas, reuniões quinzenais foram realizadas entre a Diretoria e as equipes de comunicação para pontuar as pautas prioritárias e formatos de divulgação a serem trabalhados durante a nova gestão.



PROGRAMA
AMIGOS
CHEVROLET

O programa **Parceiros Chevrolet** nasceu em 2005 para atender a um **seleto grupo** de entidades que tem **relacionamento direto** com a General Motors e desde então já **beneficiou** mais de **105 mil de pessoas**.

BOLT EV



**NOVO CHEVROLET
TRACKER**



Consulte a intranet ou
aplicativo da Ajufe,
convênios.



NOVA S10 HIGH COUNTRY



#ACONTECEU

STF

Ato em defesa da Democracia e do Poder Judiciário

A Diretoria da Ajufe aderiu ao ato em defesa da Democracia e do Poder Judiciário, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), no dia 8 de junho.

Em videoconferência, foi entregue um manifesto assinado por representantes de entidades e instituições participantes, ao presidente e demais membros do Supremo Tribunal Federal. O documento reforça a necessidade da autonomia e da independência dos Poderes no regime e repudia os ataques e ameaças direcionados ao Supremo. Além disso, também defende a atuação republicana do Tribunal e a preservação de direitos e garantias para que o país possa sair das crises que o assolam neste momento de pandemia.

Assista ao evento virtual:

https://youtu.be/IRU_CfF9MW8



Nota de Repúdio

Em junho, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) emitiu nota de repúdio diante da agressão sofrida pelo Supremo Tribunal Federal por um pequeno grupo de vândalos.

"A sociedade brasileira respeita a independência dos poderes e acredita na força da democracia. Atitudes violentas e descabidas, orquestradas por uma minoria irresponsável, devem ser reprimidas dentro do rigor da lei", dizia trecho da nota.

Teto de gastos do Poder Judiciário

A Ajufe solicitou ao Supremo Tribunal Federal diligências junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para cumprimento integral da decisão proferida na TC 040.306/2019-4, referente à correção de erro na definição do teto de gastos estabelecido pela EC 95/2016, decorrente de vícios da MP 711/2016. A decisão implicou aumento do teto de gastos do Ministério Público da União (MPU) e do Poder Judiciário da União, inclusive da Justiça Federal.

CNJ

Videoconferência em feitos processuais penais e execuções penais

A pedido do presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, a Comissão de Reforma de Processo Penal da Ajufe apresentou seis sugestões a artigos da Resolução que visa regulamentar e estabelecer critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, em razão da pandemia mundial Covid-19.

A Comissão, sob a coordenação do ex-presidente da Ajufe e ex conselheiro do CNJ Walter Nunes, elaborou uma manifestação destacando as sugestões da associação quanto ao tema, com destaque para a possibilidade de audiência de custódia por videoconferência. Sugeriu-se a inclusão da seguinte redação no art. 19: "Art. 19. A presente resolução é aplicável à realização por videoconferência das audiências de custódia, previstas nos artigos 287 e 310, ambos do Código de Processo Penal, e na Resolução CNJ nº 213/2015.

Veja a manifestação da Ajufe:

<https://bit.ly/3dGV1Pk>

Acesse a minuta da Resolução do CNJ:

<https://bit.ly/377KZUV>

Contribuição paritária da União sobre a GAJU

O plenário do Conselho Nacional de Justiça respondeu positivamente à consulta da Ajufe, nos termos do voto da Relatora Conselheira Candice Lavocat Galvão Jobim. Concluiu-se, diante da interpretação sistemática das Leis 10887/2004 e 12618/2012, ser devido o recolhimento da contribuição paritária da União, sempre que o magistrado realizar a opção pela inclusão da GAJU na base de cálculo da previdência complementar.

GT sobre igualdade racial no Poder Judiciário

As juízas federais Adriana Cruz e Alcioni Escobar e o juiz federal Eduardo Pereira, magistrados associados da Ajufe, foram chamadas a integrar o Grupo de Trabalho sobre Igualdade Racial no Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça.

Durante seminário que discutiu questões raciais, o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, enfatizou a importância dos debates na formulação de políticas públicas voltadas à igualdade racial. "A diversidade de conhecimentos e a troca de experiências são essenciais para que, juntos, encontremos caminhos que reduzam a desigualdade racial e impulsionem a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária, conforme preconiza a Constituição de 1988", afirmou.

#ACONTECEU

CJF

Remoção externa de magistrados federais

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) apresentou manifestação ao Conselho da Justiça Federal a respeito da remoção externa de magistrados federais e magistrados federais substitutos. No pedido, a Ajufe propôs edição de ato normativo para regulamentação de regras uniformes e exclusivas, a fim de que elas fossem seguidas por todos os Tribunais Regionais Federais.

Veja a manifestação:

<https://bit.ly/2UURG0l>

Sistema de Inteligência da Justiça Federal

Em sessão no CJF, o presidente da Ajufe, Eduardo André solicitou que, a associação fizesse parte do Sistema de Inteligência da Justiça Federal (SIJF), que teve criação aprovada em junho. À época, o então ministro que presidia a Corte, João Otávio de Noronha, afirmou que a possibilidade seria estudada, mas antecipou que não se opunha à ideia.

Dispensa do gozo de férias

A Ajufe requereu, no fim de julho, a dispensa do gozo de férias em 2020 por parte dos magistrados federais, em razão da Pandemia COVID-19. Junto com o requerimento a associação apresentou proposta de minuta de ato normativo, regulamentando o adiamento e o gozo do(s) período(s) em 2021.

Comissão de Segurança da Justiça Federal do biênio 2020-2022

O presidente da Ajufe, Eduardo André, e o vice-presidente da 4ª Região, Marcelo Roberto de Oliveira, participaram da 1ª reunião da Comissão de Segurança da Justiça Federal, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

O encontro marcou a apresentação da nova composição de membros da Comissão, que tem como representante da Ajufe o vice-presidente na 4ª Região, Marcelo Roberto de Oliveira. A composição atual da Comissão terá o mandato de dois anos, correspondente ao biênio do ministro Humberto Martins na presidência do CJF e STJ.

MULHERES

Pesquisa Enigmas de gênero: mulheres e Carreira no Poder Judiciário

A Ajufe, em conjunto com a Anamatra e o grupo de pesquisa Justiça em Transformação (JET) da Universidade de Fortaleza, realizou a pesquisa "Enigmas de gênero: mulheres e Carreira no Poder Judiciário", desenvolvida pela juíza do trabalho Daniela Lustosa Marques de Souza Chaves para sua tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza (Unifor), orientada pelo prof. Dr. Gustavo Feitosa.

Participação feminina no Poder Judiciário em webinar do JOTA

A secretária-geral da Ajufe, Clara Mota, participou, em novembro, do webinar sobre os '20 anos de mulheres no Supremo Tribunal Federal: conquistas e necessidade de avanços', promovido pelo JOTA, em parceria com a Transparência Eleitoral Brasil. O debate, mediado pela sócia do Jota, a jornalista Laura Diniz, ainda contou com as participações das juízas do TJDFT, Marília Sampaio, e do TJMG, Mônica Vieira.

Clara Mota frisou que os números, atualmente, não demonstram uma abertura às mulheres no Poder Judiciário. "Mulheres são importantes como uma demanda democrática, como uma demanda de que esse Poder está aberto a variadas visões e que esse Poder, de fato, está aberto com seu acesso e sua porta franqueada a todas aquelas que quiserem e almejarem essa carreira. No momento os números não ilustram isso".

Cartilha para julgamento com perspectiva de gênero da Comissão Ajufe Mulheres

A Comissão Ajufe Mulheres lançou, em dezembro, a cartilha para julgamento com perspectiva de gênero voltada ao Direito Previdenciário. O documento foi apresentado durante a programação da semana do associado e da associada, promovida pela Associação dos Juízes Federais do Brasil de 8 a 11 de dezembro. A cerimônia contou com uma palestra da psicanalista, doutora pela USP e colunista da Folha de S. Paulo, Vera Iaconelli.

Participação feminina em bancas de concursos

O Conselho Nacional de Justiça aprovou, na última sessão ordinária de 2020, uma recomendação para que os tribunais na composição de suas bancas de concurso, observem a equidade de gênero. O presidente da Ajufe, Eduardo André, participou da reunião e parabenizou a medida. "A Ajufe concorda inteiramente com as conclusões desse estudo. É muito interessante e importante o Judiciário enxergar a necessidade de maior participação feminina nos concursos. A Ajufe agradece o trabalho realizado", frisou.



#ACONTECEU

AJUFE

Banco de Permutas Ajufe

A Ajufe retirou a limitação de 6 meses dos cadastros do Banco de Permutas Ajufe. A norma foi revisada a pedido da diretora de tecnologia da Ajufe, Letícia Daniele Bossonario. Os dados passaram a ser disponibilizados no banco de dados do sistema da Ajufe até serem removidos por quem criou a ficha virtual da permuta.

Para cadastrar ou verificar as intenções já enviadas, acesse o Banco de Permutas em:

<https://www.ajufe.org.br/banco-de-permutas>

Pesquisa interna de comunicação

Entre os meses de junho e julho, a nova Diretoria da Ajufe, Biênio 2020-2022, com a finalidade de alinhar o planejamento estratégico e de comunicação às necessidades e anseios da magistratura federal, realizou uma pesquisa interna voltada aos associados.

Foram selecionadas perguntas voltadas à elaboração de ações e ao mapeamento do perfil dos filiados. Mais de 400 magistrados associados responderam à pesquisa.

Veja a íntegra da pesquisa:

<https://bit.ly/2Bq6Hbu>

Webinar Educação Financeira

Em julho de 2020, a Ajufe iniciou uma série de debates voltados exclusivamente para os associados sobre educação financeira. Em formato webinar, as edições discutiram temas variados relacionados a investimentos, planos de previdência, análise do cenário global antes e depois da pandemia do novo coronavírus, entre outros.

Os vídeos podem ser vistos na Intranet da Ajufe:

<https://ajufe.org.br/webinara>

Nota Pública - Uso de Máscara

No mês de julho, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) emitiu nota pública afirmando que não poderiam ser aceitas, de qualquer pessoa, sobretudo de integrantes do Poder Judiciário, condutas que contrariem norma legal que determine utilização de máscara em lugar público e tampouco atitudes abusivas que afrontem agentes públicos responsáveis pela fiscalização do uso.

Porte de armas

A Diretoria da Ajufe reuniu-se com o senador Marcos do Val (Podemos), relator do PL 3723/2019, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. O objetivo da associação, nesse tema, é garantir a participação dos magistrados no acervo de autoridades previsto no projeto. Atualmente, a proposta contempla apenas policiais, guardas municipais e agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Comissão sobre Assuntos Remuneratórios

As juízas e juízes integrantes da Comissão sobre Assuntos Remuneratórios da AJUFE reuniram-se ao menos duas vezes no segundo semestre de 2020 para debater temas relacionados à área de atuação, além do estudo técnico que é elaborado sobre as teses jurídicas possíveis para ampliação do recebimento da Gratificação por Acúmulo de Jurisdição (GAJU).

Estudo conjunto sobre teletrabalho

Em dezembro, a Ajufe, AMB e Anamatra, após algumas reuniões virtuais acerca do teletrabalho, definiram as últimas tratativas na consolidação de um texto conjunto sobre a proposta de Resolução nº. 345/2020 (Juízo 100% Digital) do Conselho Nacional de Justiça.

Cumprimento de pena após segunda instância

O presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, participou de debate no programa Expressão Nacional da TV Câmara sobre o cumprimento de pena após segunda instância.

#ACONTECEU

EVENTOS

Live Ajufe Direta

O presidente da Ajufe, Eduardo André, iniciou em junho o canal Ajufe Direta. Por meio de videoconferência, ele conversou com os associados interessados em debater as propostas da nova gestão. Os magistrados puderam fazer perguntas e enviar sugestões à Diretoria. Durante a reunião, o presidente Eduardo André respondeu dúvidas sobre as estratégias remuneratórias da gestão, incluindo os temas da PAE, auxílio-moradia, férias; reabertura do prazo de migração ao Funpresp-Jud, criação do TRF6, além das pautas prioritárias no Congresso Nacional.

Curso "Anti-Corruption Investigation in the Context of COVID"

A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), em parceria com a Columbia Law School, realizou, em junho, o curso online "Anti-Corruption Investigation in the Context of COVID". O encontro foi conduzido por Berit Berger, diretor-executivo da *Columbia Law School's Center for the Advancement of Public Integrity*.

I Encontro JuruáDocs/Consinter: CTN Vivo online

A Ajufe participou do I Encontro JuruáDocs/Consinter: CTN Vivo online de 15 a 18 de junho. Foram debatidos temas importantes da área tributária, através das vozes de renomados juristas.

O evento foi coordenado pelo ex-presidente da Ajufe, juiz federal Antônio César Bochenek, e teve a participação também de outros juízes do TRF da 4ª Região: Márcio Augusto Nascimento, Fabrício Bittencourt da Cruz, Paulo Sérgio Ribeiro e André Wasilewski Duszczak.

Webinar comemora 3 anos do iJuspLab

Em junho, a Associação dos Juízes Federais, em parceria com a AJUFESP (Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e com a Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo, promoveu o Webinar "iJuspLab 2020 – 3 anos de história".

O evento celebrou os 3 anos do laboratório de inovação da Justiça Federal de São Paulo e contou com palestras, atividades como exposição e sorteio de livros.

Democracia em Pauta - Liberdade de Imprensa

A Ajufe se uniu à ANPR para debater a Liberdade de Imprensa na TV ANPR. Grandes jornalistas participam da discussão, sob mediação do vice-presidente da Ajufe, Carlos Delgado, e do presidente da ANPR, Fábio George. O debate se deu no eixo da liberdade de expressão e das tentativas de cerceamento do livre trabalho da imprensa.

Webinar "US Courts, Separation of Powers, and the Rule of Law"

Em junho, a Columbia Law School, em parceria com a Ajufe, realizou o Webinar "US Courts, Separation of Powers, and the Rule of Law". O seminário virtual foi conduzido por Frederick T. Davis, professor de Direito na Columbia Law School e membro do New York and Paris Bars, em conjunto com a Columbia Law School's U.S. Business Law Academy.

2º Webinário Covid-2019: Embates Humanos

No fim de junho, ocorreu o 2º Webinário Covid-2019: Embates Humanos. O evento online ao vivo, gratuito e solidário, falou sobre o que mais tem impactado a sociedade mundial: as consequências e desdobramentos trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

O webinar foi uma realização do projeto DIREITO SOLIDÁRIO – (RE)CURSOS PARA O BEM, idealizado pelo laboratório de inovação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul - iNOVATCHÊ, em parceria com diversas instituições, dentre elas a Ajufe.

Live "Independência dos Juízes no contexto da União Europeia"

No fim de junho de 2020, a Ajufe realizou a Live "Independência dos Juízes no contexto da União Europeia". O evento contou com a participação do Presidente da Associação Europeia de Juízes, José Igreja Matos, da Presidente Honorária da União Internacional dos Juízes de Língua Portuguesa, Flávia da Costa Viana, do presidente da Ajufe, Eduardo André, e da diretora de relações internacionais, Patrícia Panasolo.

MCCE

O diretor da Ajufe, Fernando Porto, representou a associação na 6ª edição do Seminário Nacional de Juízes, Procuradores, Promotores e Advogados Eleitorais (SENAJE), promovido pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que discutiu as Eleições 2020.

Durante a fala, Fernando Porto destacou o pleito da Ajufe, levado ao Tribunal Superior Eleitoral no ano passado, a fim de permitir que juízes federais pudessem atuar em primeira instância, em um sistema de rodízio e de reforço estrutural aos juízes estaduais.

#ACONTECEU

CURSOS E SEMINÁRIOS

Live com seguradoras

Em outubro, a Ajufe promoveu a live "Seguros" com a participação de representantes das seguradoras, Cesar Silva, Diretor Regional da Icatu, José Antônio Torrão Júnior, Sócio-diretor da Torrão Seguros e Deborah Traldi Maggio, Gerente Geral da Jusprev.

1º Seminário internacional sobre direito e economia

Em novembro, a Ajufe realizou a 1ª edição do Seminário Internacional sobre Direito e Economia (*Law & Economics*) para Juízes Federais, em formato virtual. O evento contou com o apoio da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Grupo de Investigación en Derecho Económico (Gide) do Equador.

Dentre os convidados, magistrados e magistradas federais, acadêmicos, pesquisadores e especialistas em Direito e Economia debateram temas como "A análise econômica do Direito Penal" e "Políticas públicas, evidências e neurociência".



#JUSTIÇARESTAURATIVA

Curso Justiça Restaurativa: um outro olhar para além da Justiça Retributiva

A EMAG, com o apoio da Ajufe, realizou em novembro o curso "Justiça Restaurativa: um outro olhar para além da Justiça Retributiva". O evento ocorreu por meio da plataforma de videoconferência Zoom.

Webinar Improbidade Administrativa

O Webinar Improbidade Administrativa - Discussão das alterações no PL 10.887/2018 da Câmara dos Deputados. A abertura do evento contou com as participações do presidente da Ajufe, Eduardo André Brandão, e do ministro do STJ, Herman Benjamin.

Nas discussões estiveram presentes Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Procurador regional da República, professor, mestre e doutor em Direito pela PUC-SP; Sergio Arenhart, Procurador Regional da República e professor da Universidade Federal do Paraná e do Juiz Federal, Tiago do Carmo Martins, Coordenador da Comissão de Improbidade Administrativa da Ajufe.



Aponte a câmera do celular ao QR Code e assista à íntegra do 1º Seminário Internacional sobre direito e economia (ou clique [aqui](#)).

#JUSTIÇARESTAURATIVA

1º Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente: Estimulando diálogos sobre questões ambientais

A Ajufe promoveu, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o "1º Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente: Estimulando diálogos sobre questões ambientais", nos dias 6 e 7 de agosto. A programação contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, representantes de grupos indígenas e quilombola, do setor agrícola e membros do Poder Judiciário. Eles abordaram a necessidade de aliar o uso dos recursos naturais e segurança alimentar à preservação do meio ambiente.



Ajufe promove semana voltada aos associados com programação especial em comemoração ao Dia da Justiça

Evento contou com sorteio de brindes e palestras com enólogo, professores e até chef de cozinha

Em comemoração ao Dia da Justiça, celebrado em 8 de dezembro, a Ajufe promoveu de 7/12 a 11/12, uma programação virtual especial exclusiva para os associados e associadas, por meio da plataforma Zoom. Cerca de 200 magistrados(as) participaram do evento.

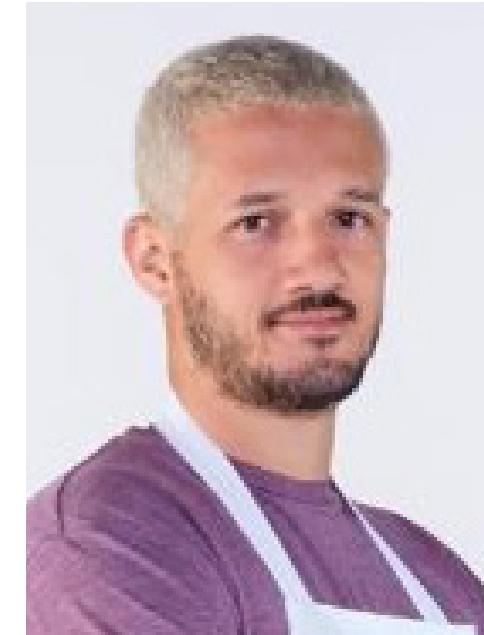


A programação iniciou com uma palestra do professor Clóvis de Barros Filho. Além do magistério, Clóvis é jornalista e escritor, especialista em Direito Constitucional e Sociologia do Direito, mestre em Ciência Política e doutor em Ciências da Comunicação. Ao fim do painel, foram sorteados 30 exemplares do livro "A vida que vale a pena ser vivida", de autoria do convidado.



Na sequência, os magistrados assistiram à palestra de Alejandro Vigil, enólogo-chefe da vinícola El Enemigo. O convidado foi nomeado Diretor de Enologia da tradicional Catena Zapata, em 2007, e responsável por grandes prêmios atribuídos à vinícola. Ao final do bate-papo, foram sorteadas 10 garrafas de vinho El Enemigo e 25 kits de queijos com cinco peças cada.

Falando sobre culinária e dando dicas de receitas especiais, o chef Rodrigo Massoni, ganhador do Masterchef 2019, também participou da Semana do Associado e da Associada. Por falar em dicas, o juiz federal Omar Chamon, outro convidado do evento, falou sobre filmes e séries imperdíveis.



O evento especial também contemplou a realização da Assembleia Geral Ordinária, que contou com mais de 100 associados e destacou a atuação legislativa e institucional da Ajufe, além de detalhes da pauta remuneratória a ser trabalhada em 2021. O presidente da Ajufe, Eduardo André, ainda fez um balanço das atividades associativas no segundo semestre de 2020.

O encerramento da semana do associado teve a participação da psicanalista, doutora pela USP e colunista da Folha de S. Paulo, Vera Iaconelli. Ela falou sobre os desafios da maternidade no século XXI, tema amplamente debatido em seus livros "Mal-estar na maternidade" e "Criar filhos no Século XXI". O painel, promovido pela Comissão Ajufe Mulheres, marcou também o lançamento da Cartilha para julgamento com perspectiva de gênero voltada ao Direito Previdenciário.



#AJUFENAIMPRENSA

Monitoramento de mídia

Por meio da F7 Comunicação, empresa de assessoria de imprensa contratada pela Ajufe, foram disponibilizados no site da Ajufe relatórios diários de monitoramento da mídia com temas envolvendo a associação.

Acesse Ajufe na Imprensa:

www.ajufe.org.br/imprensa/ajufe-na-imprensa

Plataforma de clipping

A Diretoria atual manteve o serviço de *clipping* diário com a empresa MITI Inteligência que passou por renovação em dezembro de 2020 e foi incorporada ao grupo Knewing Monitoring.

De junho a dezembro de 2020, a Ajufe foi citada em mais de 3 mil matérias, incluindo reportagens de TV, jornais, portais de notícias, rádios e publicações no Diário Oficial. Nesse período, o presidente da Ajufe concedeu 5 entrevistas exclusivas, com destaque para matérias relevantes no Estadão, Conjur, Folha de S. Paulo.

A equipe de comunicação ainda criou um novo espaço no site da Ajufe destinado à divulgação dos artigos de Opinião dos associados publicados nos veículos de imprensa.

Principais artigos divulgados no período

Estadão

ESTADÃO

TRF-6: resistências injustificadas a uma solução eficiente e econômica contra a morosidade. [Leia.](#)

Dados como estratégia para concretização de direitos previdenciários. [Leia.](#)

Blog do Fausto Macedo

Fausto Macedo

A reforma administrativa e a aposentadoria compulsória dos juízes. [Leia.](#)

O GLOBO

O GLOBO

Um futuro sem racismo no Brasil. [Leia.](#)

CONJUR

Consultor Jurídico

Reações do nosso sistema imunológico ao modelo de precedentes. [Leia.](#)

Folha de S. Paulo

FOLHA DE S.PAULO

Desculpas não bastam. [Leia.](#)

JOTA

JOTA

Animais têm direitos e podem demandá-los em juízo. [Leia.](#)

Veja todos os artigos publicados no período:

www.ajufe.org.br/imprensa/artigos

Principais matérias veiculadas no período

Folha de S. Paulo

Vivemos um lamentável confronto eterno de ideias, diz novo presidente de entidade de juízes federais. [Leia.](#)

Estadão

'Meu receio com os atos antidemocráticos é que vivemos na era do escândalo e das fake news', diz juiz federal. [Leia.](#)

Correio Braziliense

É preciso melhorar a segunda instância", avalia presidente da Ajufe. [Leia.](#)

O GLOBO

Associações de juízes contestam editorial do GLOBO. [Leia.](#)

Coluna do Cláudio Humberto

Auxílio judicializado. [Leia.](#)

Valor Econômico

Levantamento mostra que 76 mil pessoas já entraram na Justiça para receber auxílio emergencial. [Leia.](#)

TV GLOBO

Justiça Federal quer solução para apagão no Amapá até dia 10 de novembro. [Leia.](#)

R7

Associação de Juízes Federais repudia ataque de 'vândalos' ao STF. [Leia.](#)

G1

Autoridades reagem a disparo de fogos de artifício em direção ao prédio do STF. [Leia.](#)

Veja

'Não é mais possível atitudes dúbia', diz Toffoli a Bolsonaro. [Leia.](#)

UOL

STF recebe manifesto de apoio assinado por 200 entidades. [Leia.](#)

O Antagonista

Ajufe: "Estamos vigilantes e não vamos aceitar afrontas". [Leia.](#)

CONJUR

Juízes federais estão cortando na carne há muito tempo, diz novo presidente da Ajufe. [Leia.](#)

JOTA

Presidente da Ajufe avalia que ida de juízes para a política cria desgaste. [Leia.](#)

Poder 360

Assista ao vivo a entrevista com Eduardo André Brandão, presidente da Ajufe. [Leia.](#)

Portal Migalhas

"Nós existimos e estamos trabalhando", afirma juíza sobre aumento de pessoas negras no Judiciário. [Leia.](#)



Mistral

OS MELHORES E MAIS PREMIADOS VINHOS DO MUNDO

Consulte a intranet ou
aplicativo da Ajufe,
convênios.

Entrega em todo o Brasil



Conheça das redes sociais da Ajufe:

-  facebook.com/ajufe.oficial
-  twitter.com/AJUFE_oficial
-  youtube.com/tvajufe
-  instagram.com/ajufe_oficial
-  flickr.com/photos/ajufe_oficial

Visite também o site da Associação:

www.ajufe.org.br

